UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MBA - ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CT (FN) DYEGO FERNANDO DA SILVA SALES

O TERRORISMO E O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Rio de Janeiro
2019

DYEGO FERNANDO DA SILVA SALES

O TERRORISMO E O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense no programa de pós-graduação como requisito parcial para a obtenção do Curso de Aperfeiçoamento Avançado.

Orientador:
Prof. Me. JOÃO RAFAEL G. DE SOUZA MORAIS

Rio de Janeiro
2019

DYEGO FERNANDO DA SILVA SALES

O TERRORISMO E O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense no programa de pós-graduação como requisito parcial para a obtenção do Curso de Aperfeiçoamento Avançado.

Aprovada em 06 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr JOÃO RAFAEL G. DE SOUZA MORAIS (Orientador) - UFF

_____

Prof. Dr BRUNO PESSOA VILLELA - UFF

Rio de Janeiro
2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador meus sinceros agradecimentos pela orientação objetiva, paciência e tempo dispendido na realização deste trabalho. À minha família, pais e irmã, por todo o incentivo, e reconhecimento durante minha jornada profissional, certeza inefável que o apoio incondicional prestado é a principal razão das conquistas alcançadas. À minha esposa por toda a paciência e auxílio durante os momentos mais difíceis, sem dúvidas meu porto seguro, agradeço pela compreensão e incentivo constante e principalmente, a Deus pela oportunidade de aprimoramento profissional e crescimento pessoal.

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas [...] (Sun Tzu).

RESUMO

Após a Guerra Fria observou-se a emergência do anúncio de um novo modelo das relações internacionais, que correspondesse com a realidade uni-multipolar. Huntington, que durante sua longa carreira acadêmica, produziu trabalhos com grande relevância nos debates contemporâneos, propõe a tese do choque de civilizações, relacionando as tensões vindouras com os aspectos culturais entre civilizações distintas, destacadamente entre o Islã e o mundo Ocidental. Tal concepção auxilia na análise dos atentados terroristas contemporâneos, cujo aspecto motivador é, a princípio, o cultural. Os números alarmantes de atos terroristas com motivações fundamentalistas religiosas, corroboram para o entendimento, por vezes, equivocado, sobre o vasto mundo islâmico, bem como seus costumes, impondo um entendimento ambíguo e uma visão ocidental, por vezes, preconceituosa, baseando-se destacadamente em preceitos da tese do Choque de Civilizações de Huntington. A evolução do terrorismo moderno, com sua concepção supra estatal e abrangência de formas de atuação, tornam o entendimento das diversas ondas de terrorismo, principalmente a Onda Religiosa, objeto de análise e comparação com os preceitos enunciados por Huntington. A ausência de uma definição inequívoca para o termo terrorismo corrobora para a necessidade de um estudo de maior abrangência, de maneira a permitir atuações energéticas e assertivas para mitigar tal problema, que se destaca na agenda internacional. Ao analisar-se a tese de Huntington, busca-se abarcar as interações culturais, bem como a adequabilidade de seus preceitos para o melhor entendimento sobre as motivações dos atentados terroristas fundamentalistas islâmicos em um ambiente global difuso, com o estreitamento de fronteiras, fruto do constante desenvolvimento tecnológico, da globalização e da presença marcante de novos atores não-estatais com influências amplas e distintas.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Conflitos culturais. Terrorismo. Choque de Civilizações.

ABSTRACT

After the Cold War there was the emergence of the announcement of a new model of international relations that corresponded to the uni-multipolar reality. Huntington, who during his long academic career has produced works of great relevance in contemporary debates, proposes the clash of civilizations thesis, relating the coming tensions to the cultural aspects between distinct civilizations, notably between Islam and the Western world. Such a conception helps in the analysis of contemporary terrorist attacks, whose motivating aspect is, in principle, the cultural one. The alarming numbers of terrorist acts with fundamentalist religious motivations corroborate the sometime mistaken understanding of the vast Islamic world, as well as its customs, imposing ambiguous understanding and sometimes prejudiced Western views, relying prominently on in precepts of the Huntington's Clash of Civilizations thesis. The evolution of modern terrorism, with its suprastate conception and scope of action, makes the understanding of the various waves of terrorism, especially the Religious Wave, object of analysis and comparison with Huntington's precepts. The absence of an unambiguous definition for the term terrorism supports the need for a broader study to enable energetic and assertive action to mitigate this problem, which stands out on the international agenda. In analyzing Huntington's thesis, we seek to embrace cultural interactions as well as the adequacy of its precepts for a better understanding of the motivations of Islamic fundamentalist terrorist attacks in a diffuse global environment, with the narrowing of borders, fruit of constant technological development, globalization and the remarkable presence of new non-state actors with broad and distinct influences.

Keywords: International Relations, Cultural Conflicts, Terrorism, Clash of Civilizations.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE ATAQUES TERRORISTAS 31
GRÁFICO 2 - FREQUÊNCIA DE TERMOS DE DEFINIÇÃO DE TERRORISMO 34
GRÁFICO 3 - MORTOS E FERIDOS - TERRORISMO 37
GRÁFICO 4 - ATAQUES TERRORISTAS NA EUROPA POR PAÍS 47
GRÁFICO 5 - MOTIVAÇÕES DOS ATAQUES TERRORISTAS NA EUROPA 48
GRÁFICO 6 - MOTIVAÇÕES IDEOLÓGICAS DO TERRORISMO NOS EUA 48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ATAQUES TERRORISTAS EM 2017 POR REGIÃO.....50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES 11
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO 11
2.2 RELAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS 14
2.3 O MUNDO MUÇULMANO 20
3 TERRORISMO 27
3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A CLASSIFICAÇÃO 27
3.2 DEFINIÇÃO DE TERRORISMO 32
4 FUNDAMENTALISMO 39
4.1 FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO 39
4.2 FUNDAMENTALISMO E TERRORISMO 44
5 CONCLUSÃO 52
REFERÊNCIAS 56

1 INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais pós guerra fria apresentam-se de forma uni-multipolar e multicivilizacional; o equilíbrio de poder modificou-se, a influência relativa do Ocidente apresenta relativo declínio, novas interações caracterizam as relações entre os diversos novos atores: civilizações asiáticas expandem sua área de influência, o Islã apresenta uma explosão demográfica, e as civilizações não ocidentais afirmam-se culturalmente, apresentando valores distintos dos ocidentais.

No imediato pós-Guerra Fria, com a emergência de tantos fatores a partir da desintegração da estrutura bipolar, que por décadas conteve processos locais e formas de poder regionais, a necessidade de novas interpretações capazes de oferecer novos rumos para a estratégia das nações hegemônicas se tornou evidente. Dentre esses novos fatores que passaram a configurar a nova ordem emergente, um deles vem demandando atenção cada vez maior: o terrorismo, notadamente aquele associado ao fundamentalismo religioso. Foi nesse contexto, de grande ansiedade por novas teorias capazes de descrever a nova realidade, que surgiram algumas obras que se tornaram clássicos da literatura de relações internacionais, como "O Fim da História", de Francis Fukuyama, e "O Choque de Civilizações", de Samuel Huntington.

Em sua longa carreira acadêmica, Huntington produziu trabalhos com grande relevância nos debates contemporâneos. A natureza abertamente polêmica e controvertida do autor torna a leitura de seus trabalhos um exercício estimulante para o pensamento crítico e uma referência inevitável no debate sobre desenvolvimento das relações internacionais e o multiculturalismo.

Desta maneira, através da análise geral e crítica de seu trabalho "O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial", busca-se, aqui, uma perspectiva na interpretação das relações internacionais pós-guerra fria e nas possíveis motivações em relação aos conflitos futuros.

Os preceitos e fundamentos teóricos apresentados por Huntington, serão analisados, buscando-se a pertinência e a aceitabilidade de seus preceitos para a compreensão sobre o terrorismo internacional, destacadamente, o terrorismo fundamentalista religioso.

As diferenças culturais apresentadas pelos diversos atores mundiais, envoltos num ambiente globalizado de intensa permeabilidade definem a dinâmica da política internacional, impondo novos modelos e interações entre nações de distintas civilizações.

O trabalho abordará o pensamento teórico de Huntington, buscando-se uma compreensão de sua teoria do paradoxo civilizacional para uma melhor análise sobre o

terrorismo, destacadamente o fundamentalista religioso, para tanto buscar-se-á a explanação de tal fenômeno marcante na agenda internacional, atendo-se na evolução do terrorismo moderno e as distintas contextualizações histórico, bem como a dificuldade em estabelecer-se uma definição iniludível, em virtude da abrangência de interpretações presentes e interesses políticos particulares no termo terrorismo.

A análise do fundamentalismo islâmico e sua relação com o terrorismo, avulta-se de importância para a compreensão da onda terrorista hodierno, onde utiliza-se de bases culturais para justificar modificações políticas.

Huntington ao propor a análise cultural ao sistema internacional decorrente do pós-Guerra, ampliou o espectro de compreensão das relações internacionais, propondo interações entre grupos de civilizações distintas, contribuindo sobremaneira para o entendimento da dinâmica global.

2 O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A Guerra Fria expressou a simbólica disputa estratégica entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial. A expressão Guerra Fria denota a disputa ideológica envolvendo países detentores de tecnologia nuclear, caracterizada pelo desenvolvimento de bombas atômicas, e que não se envolveram diretamente em conflitos militares, tendo, porém, buscado a influência política, militar e econômica no mundo pós-guerra. Pode-se analisar esse ambiente conflituoso e incerto através da frase do sociólogo Raymond Aron: "A Guerra Fria foi um período em que a guerra era improvável, e a paz, impossível" (ARON, 1948, p.26 apud COUTO, 2005, p.15).

Durante a Guerra Fria, observou-se uma disputa entre dois polos de poder que conduziam e comandavam o mundo sob suas diferentes óticas. O antagonismo existente entre os atores da Guerra Fria acentuou as rivalidades, bem como suas esferas de influência global. A União Soviética (URSS), apoiando-se na economia planificada e no partido comunista, estruturou-se no sistema socialista, criticando, desta maneira, o pensamento liberal predominante na sociedade ocidental, principalmente, em virtude da corrida capitalista incentivada pelos Estados Unidos (EUA) com sua economia de mercado e a propriedade privada.

Após a Segunda Guerra Mundial, além de erguer-se a “cortina de ferro”, expressão cunhada pelo primeiro ministro britânico Winston Churchill para caracterizar a influência da União Soviética sobre os países socialistas do leste europeu, a disputa dos EUA e da URSS arrastou os demais países do globo para a lógica bipolar emergente.

Ao término da Segunda Guerra Mundial a divisão ideológica, política e econômica do globo entre o mundo capitalista, sob a liderança dos Estados Unido, e o mundo comunista, tendo como destaque a União Soviética, marcou um novo modelo internacional representado por zonas de influência das duas superpotências. Deixou-se de analisar o contexto global através da ótica eurocêntrica, e observou-se uma disputa estratégica de conflitos indiretos, entre os interesses norte americano e soviético.

> A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das potências coloniais. (HOBSBAWN, 1995, p. 224)

Com o intuito de aumentar a influência, bem como evitar a expansão do polo antagônico enfatiza-se, no período da Guerra Fria, as distintas atuações nos seguintes aspectos:

econômico, com o Plano Marshall e o COMECON, iniciativas que ofereceram auxílio financeiro aos países capitalistas e socialistas, respectivamente; militar, através de pactos como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, que colaboraram para a emergência de vários combates indiretos entre EUA e URSS durante esse período, a exemplo da Guerra da Coreia (1950 a 1953) e a Guerra do Vietnã (1959 a 1975); e tecnológico, onde a corrida armamentista e espacial gerou uma grande disputa, culminando no lançamento do satélite soviético Sputnik, em outubro de 1957, e a chegada do homem à lua por parte dos americanos, em julho de 1969.

A Guerra Fria chegou ao fim em 1989, quando a queda do Muro de Berlim tornou-se um marco que simbolizou a primazia do regime capitalista e a desintegração da União Soviética, inaugurando-se, desta maneira, um novo período nas relações entre os países do globo.

Ao término da Guerra Fria, emoldurou-se a necessidade de um novo entendimento sobre os aspectos das relações internacionais, visto que a dicotomia e os paradigmas clássicos existentes até então, não explicitavam a nova estrutura que começara a se formar. A uni-multipolaridade substituía a bipolaridade que esteve presente com a atuação dos Estados Unidos e da União Soviética como atores principais, e pode-se definir tal denominação, uni-multipolar, através do seguinte trecho de Samuel Huntington:

> Existe, agora, apenas uma superpotência. Mas isso não significa que o mundo é unipolar. Um sistema unipolar teria uma superpotência, nenhuma grande potência e diversas potências menores. Como resultado, a superpotência poderia, de modo efetivo, resolver sozinha importantes assuntos internacionais e nenhuma coalizão entre outros Estados teria o poder de impedi-la de agir assim. Durante diversos séculos, o mundo clássico sob Roma [...] aproximou-se desse modelo. Um sistema bipolar como o da Guerra Fria tem duas superpotências, e as relações entre elas são centrais para a política internacional. [...] Um sistema multipolar tem várias grandes potências de força comparável que cooperam e competem entre si, segundo padrões cambiantes. [...] A política internacional contemporânea não se ajusta em qualquer desses três modelos. Ela consiste num estranho híbrido, um sistema uni/multipolar, com uma superpotência e várias grandes potências. A solução para assuntos internacionais cruciais requer a ação da única superpotência, mas sempre em alguma combinação com outras grandes potências; a superpotência pode, contudo, em assuntos cruciais, vetar a ação pretendida por uma coalizão dos outros Estados. A base no Estado-Nação proposto pelos fundamentalistas clássicos era gradualmente substituída pela ideia da globalização. (HUNTINGTON, 2000, p.13)

A hipótese proposta por Huntington (1997) em “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial” é afirmar que, em termos de relações internacionais, a principal fonte de conflitos nos próximos anos será de natureza cultural, onde o confronto das civilizações caracterizará esta nova fase da história do mundo moderno.

Os Estados continuam detentores da primazia das interações internacionais, contudo, observa-se a limitação desta abordagem estatista, pois apenas considera o poder como

elemento de interesse. Assim, segundo o autor, outros tópicos devem ser contemplados para uma melhor análise e entendimento das relações internacionais, como os valores e a cultura aproximando Estados semelhantes e favorecendo interesses comuns.

A globalização e a intensificação das relações entre os diversos atores globais enfraquecem a soberania dos Estados modernos, contribuindo com a difusão de grupos terroristas internacionais, o aumento exponencial de conflitos nacionais étnicos e religiosos, o crescimento de refugiados e o temor da proliferação de armas nucleares.

Com o fim da Guerra Fria, a política internacional muda seu foco para a interação entre as civilizações ocidentais e não-ocidentais, propondo uma análise, de Huntington, das relações internacionais pautada no sistema uni-multipolar e multicivilizacional, observando os possíveis conflitos entre diferentes identidades culturais, ampliando a análise global não somente com ênfase em termos econômicos e sociais, mas em características culturais e civilizacionais.

> A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. (HUNTINGTON, 1997, p.21)

Uma civilização é a forma mais ampla de identidade cultural de um povo, e diz respeito à sua linguagem e história, seus costumes e instituições, mas, acima de tudo, sua religião. O ressurgimento de religiões e regionalismos é uma tendência mundial. Nas próximas décadas, segundo o autor, a política internacional será caracterizada por conflitos violentos nas áreas de fronteira entre as civilizações, pela luta pela supremacia militar e econômica e pelas possibilidades de expansão.

Nobert Elias em sua obra "O processo Civilizador", aborda tal definição, ampliando as possibilidades de interpretação, bem como a abrangência do tema:

> [...] A uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1990, p. 23)

Huntington (1997) destaca a existência de sete ou oito principais civilizações contemporâneas: Sínica, Japonesa, Hindu, Islâmica, Ortodoxa, Ocidental, Latino-americana e Africana (possivelmente), bem como enfatiza as características mutáveis e dinâmicas das civilizações podendo incluir diversos países ou concepções culturais diversas numa mesma civilização.

Desta maneira, os conflitos, nesta nova abordagem uni-multipolar das relações internacionais serão distintos e pautados nas motivações culturais, desvinculando-se das disputas de ideologia presentes anteriormente. Apesar dos Estados Nações continuarem sendo os atores preponderantes, os conflitos entre civilizações, de acordo com Huntington, marcarão as relações globais.

> No mundo pós-Guerra-Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. [...] As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Elas se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, num nível mais amplo, civilizações. As pessoas utilizam a política não só para servir aos seus interesses, mas também para definir suas identidades... (HUNTINGTON, 1997, p.20)

A nova ordem mundial, pós-Guerra Fria, desta maneira, é influenciada por novos atores, tendo o sistema internacional ampliado sua área de estudo, abrangendo os países não-ocidentais, tal modificação é analisada por Kissinger:

> [...] Quando mantinha um sistema global, a Europa representava o conceito dominante de ordem mundial. Seus estadistas conceberam estruturas internacionais e as recomendaram para o resto do mundo. Hoje em dia, a própria natureza da ordem mundial emergente está em discussão, e regiões para além da Europa irão desempenhar um papel fundamental na definição de suas características. (KISSINGER, 2015, p.70)

2.2 RELAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS

Segundo Huntington (1997), ao término da Guerra Fria há a ascensão da democracia liberal e a desestruturação do comunismo, bem como observa-se uma maior interação entre os povos, principalmente pelos diversos avanços tecnológicos nos transportes, comunicações e em virtude de um intenso processo de modernização, trazendo uma percepção falaciosa de cultura ocidental universal, decorrentes desses fatores.

O conceito de civilização universal é descaracterizado por Huntington, que explicita que o universalismo é a ideologia Ocidental para oposição e confrontação com culturas não-ocidentais. Desta maneira, a percepção de universal é diferente para os não ocidentais, que analisam tal proposta como um lesivo imperialismo ocidental.

Desta forma, as relações entre civilizações distintas e adversas têm maior possibilidade para conflitos, onde destacamos as observações de Huntington sobre o Islã e seus vizinhos ortodoxos, e num nível de maior abrangência entre o “Ocidente e o resto”, com enfoque para a sociedade muçulmana e asiática, contrapondo-se ao Ocidente. Enfatiza-se que os conflitos de maiores proporções ocorrem nas linhas de fratura das civilizações.

> Enquanto as relações entre grupos de civilizações diferentes não serão íntimas e frequentemente serão antagônicas, algumas relações Inter civilizacionais têm maior tendência para o conflito do que outras. No nível micro, as linhas de fratura mais violentas estão entre o Islã e seus vizinhos ortodoxos, hindus, africanos e cristãos ocidentais. No nível macro, a divisão predominante está entre as sociedades muçulmana e asiática, de um lado, e o Ocidente, do outro. Os choques mais perigosos do futuro provavelmente surgirão da interação da arrogância ocidental, da intolerância islâmica e da postura afirmativa sínica. (HUNTINGTON, 1997, p.227)

A convicção de que os princípios da democracia, o governo limitado, a economia de mercado, e os direitos humanos têm validade universal e podem ser aplicados em outras sociedades, não se apresenta como um simples produto, mas o orgulho do Ocidente. Desta maneira, segundo Huntington (1997), o Ocidente busca legitimar suas ações, principalmente os Estados Unidos, através da prerrogativa de que estas ações refletem "a comunidade mundial", contrariando o interesse ou pensamento das demais civilizações, as quais buscam se libertar das amarras econômicas, militares e culturais do Ocidente.

Desta maneira, os anseios do Ocidente são: manter sua superioridade militar, promover seus valores e instituições políticas e proteger sua integridade cultural, social e étnica.

O Ocidente apresenta-se como uma civilização em destaque, com marcada preponderância sobre as outras civilizações. Porém, no futuro imediato, é previsível um processo de fortalecimento das civilizações não ocidentais, em constante conflito com os interesses e valores da cultura hegemônica presente, e torna-se conveniente que o Ocidente desenvolva uma série de estratégias para seu fortalecimento: promover um melhor entendimento entre a Europa e os Estados Unidos; buscar a incorporação de empresas próximas ou assimiláveis ao Ocidente, como os da Europa Oriental e da América Latina; promover a cooperação com o Japão e a Rússia; limitar a expansão militar dos estados islâmicos e confucionistas, impedir a redução do poder militar ocidental e aumentar sua presença no leste e sudeste da Ásia; bem como fortalecer instituições internacionais que legitimam interesses e valores ocidentais. (HUNTINGTON,1997)

Para os países não ocidentais, a tarefa fundamental é reconciliar a modernidade com suas culturas e valores tradicionais. Pode-se observar tal preocupação através do trecho:

> Para preservar a civilização ocidental ante um poderio ocidental em declínio, é do interesse dos Estados Unidos e dos países europeus: conseguir maior integração política, econômica e militar e coordenar suas políticas de modo a impedir que Estados de outras civilizações explorem as diferenças entre eles; incorporar à União Europeia e à OTAN os países ocidentais da Europa Central, ou seja, os países de Visegrad, as repúblicas bálticas, a Eslovênia e a Croácia; estimular a "ocidentalização" da América Latina e, no máximo que for possível, um estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente; restringir o desenvolvimento do poder militar convencional e não-convencional dos países islâmicos e sínicos; retardar o deslocamento do Japão para longe do Ocidente e na direção de uma acomodação com a China; aceitar a Rússia como o Estado-núcleo da Ortodoxia e uma grande potência regional, com legítimos interesses de segurança em suas fronteiras meridionais;

> manter a superioridade tecnológica e militar ocidental sobre as o outras civilizações; e, o que é mais importante, reconhecer que a intervenção ocidental nos assuntos de outras civilizações provavelmente constitui a mais perigosa fonte de instabilidade e de um possível conflito global num mundo multicivilizacional. (HUNTINGTON 1997 p. 397)

A Expansão do Ocidente promoveu a modernização e a ocidentalização das demais sociedades, porém, tal ocidentalização, fruto da globalização e dos diversos avanços tecnológicos, gera reações distintas nas civilizações não ocidentais. Segundo Huntington, há o rejeicionismo, onde se rejeita tanto a modernidade quanto a ocidentalização, o kemalismo, no qual tanto a modernização quanto os valores e instituições ocidentais são absorvidos e o reformismo, opção que combina a modernidade com a preservação da cultura do Estado, limitando desta forma a ocidentalização.

No momento inicial da interação com o ocidente observa-se a modernização. Porém, fruto desta modernização há a tendência para o ressurgimento da cultura autóctone, através da ampliação do poder econômico e das crises de identidade, para os quais a religião apresenta-se com orientações pertinentes.

Conclui-se que a modernização não impõe a necessidade de Ocidentalização ou a imposição de uma cultura ocidental universal. Segundo o autor, o contrário é perceptível, onde a modernização reforça a autoafirmação das distintas culturas e limita a ocidentalização. Destaca-se o fenômeno da indigenização, com a rejeição dos valores do Ocidente e a valorização da identidade cultural própria da civilização, culminando em movimentos nacionalistas e no ressurgimento do fundamentalismo religioso.

O ressurgimento religioso relaciona-se diretamente com o processo de modernização, com o recuo do Ocidente e o fim da guerra fria, conjuntura que cria vácuos, havendo, assim, a necessidade de novos preceitos norteadores, novos propósitos, saciados, então, por grupos religiosos, geralmente, fundamentalistas.

> Os movimentos fundamentalistas, em especial, são “uma maneira de lidar com a experiência do caos, da perda de identidade, de sentido e de estruturas sociais seguras, criadas pela introdução rápida de políticas e padrões sociais modernos, secularismo, cultura cientifica e desenvolvimento econômico”. (HUNTIGTON, 1997, p. 123)

Huntington, conclui que o crescimento econômico asiático e o crescimento populacional Islâmico no mundo mulçumano desestabilizarão o equilíbrio de poder, tendendo ao provável choque de civilizações. Destaca-se que o crescimento populacional nos países mulçumanos corrobora para o recrutamento ao fundamentalismo, ao terrorismo, à subversão e à migração.

Desta maneira, a reconfiguração cultural da política mundial relaciona-se com a identidade cultural, onde fronteiras políticas são redefinidas com base nas fronteiras culturais,

com a aproximação e o estreitamento de laços entre países de cultura semelhante, assim, para elucidar tal afirmação o autor exemplifica através da dificuldade da Turquia em se estabelecer na União Europeia ou as organizações com Estados de mesma civilização (União Europeia) deterem-se de maior eficiência comparado a organizações multicivilizacionais como a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN).

A teoria de Huntington, sobre o paradoxo civilizacional, encontra-se amplamente discutida, com interpretações distintas e concepções contrárias, ressaltando a inexistência de um pensamento consensual entre os diversos teóricos sobre a dinâmica das relações internacionais.

Pensadores distintos, divergindo quanto ao paradoxo civilizacional tornam o debate construtivo e aumentam o cabedal de conhecimento envolvido, proporcionando uma visualização ampla com diferentes interpretações para um mesmo período histórico e sobre o mesmo assunto.

Observa-se pontos destoantes aos de Huntington nas teorias de Francis Fukuyama, cientista político americano de origem japonesa, que tenta refutar a desarmonia e a desestabilidade proposta pelo autor. Fukuyama publicou em seu trabalho "O fim da história e o último homem" uma abordagem divergente da apresentada por Huntington, na qual a economia seria responsável pela construção de um mundo mais harmônico, ajudando na fundação de um liberalismo também político, o que configura uma ideologia, de caráter universal.

A ideologia é marcante em sua tese, forjada pelas relações econômicas a partir da liberdade de mercados. Segundo Fukuyama, a disputa ideológica terminaria, dando início à uma era harmônica nesse aspecto, ou seja, uma era de consenso ideológico em prol do liberalismo econômico e político.

Segundo Fukuyama (1992), o significado do fim da história relaciona-se com o fim das guerras e conflitos violentos, desta forma possibilita-se que as atividades econômicas sejam priorizadas, sem a necessidade da exposição do homem ao perigo.

> O triunfo do ocidente, da ideia ocidental é evidente, em primeiro lugar, pela exaustão total de alternativas sistêmicas viáveis ao liberalismo ocidental [...] O que talvez estejamos testemunhando não seja somente o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período particular da história pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto de chegada da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma última de governo humano. (FUKUYAMA, 1989, s/p apud PECEQUILO, 2010, p.41)

Para Fukuyama, o mundo alcançou um estágio de estabilidade presidido pelo triunfo definitivo do capitalismo neoliberal e dentro desse sistema de referência observa-se o

progresso humano, portanto, afirmando o término das guerras ideológicas e propondo a importância de interações econômicas como fator preponderante.

Pode-se ampliar o debate sobre a teoria de Huntington através das afirmações contrárias de Said, intelectual palestino e ativista político, que assim como Fukuyama, contraria a validade dos futuros conflitos motivados, principalmente, pelo fator cultural.

> [...] os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como 'América', 'Ocidente' ou 'Islã', inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que tem e devem ser combatidos; sua eficácia assassina precisa ser radicalmente reduzida tanto em eficácia quanto em poder mobilizador. [...] Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de maneiras muito mais interessantes do que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor. (SAID, 2007, p.25).

Edward Said expressa sua oposição num artigo publicado pela revista The Nation em 2003, O choque de ignorância, e numa conferência realizada na Universidade de Massachusetts em 1998 sob o nome de O mito do choque de civilizações.

A oposição entre Huntington e Said é ambientada nos debates de construção de teorias e paradigmas que pudessem expressar a nova ordem mundial.

Said contrapõe-se a Huntington, referindo-se ao simplismo e superficialidade do trabalho deste, apresentando-o como tendencioso e restrito aos interesses Ocidentais.

Segundo o mesmo teórico, há a desconstrução, desta maneira, de definições e conceitos de forma a adequar-se as necessidades e justificativas convenientes ao Ocidente, marginalizando os demais atores do novo cenário mundial. O que se observa é o choque de definições e não de civilizações.

> De fato, Huntington é um ideólogo, alguém que quer transformar "civilizações" e "identidades" naquilo que não são: entidades estanques e fechadas, que foram expurgadas de uma miríade de correntes e contracorrentes que animam a história humana, e que ao longo dos séculos, tornaram possível que essa história não apenas contivesse guerras de religião e conquista imperial, mas que também seja feita de intercâmbios, fertilizações cruzadas e partilhas. Essa história muito menos visível é ignorada na pressa de destacar a guerra ridiculamente comprimida e restrita que "o choque de civilizações" defende como a realidade. Quando publicou seu livro com o mesmo título em 1996, Huntington tentou dar um pouco mais de sutileza a seu argumento e muitas notas de rodapé; no entanto o que conseguiu foi se confundir e demonstrar que era um escritor desajeitado e um pensador deselegante. (SAID,2001, n.p., tradução nossa)

Said descontrói afirmações básicas do pensamento de Huntington, expondo que as relações culturais não necessariamente convergem para a tendência conflituosa, principalmente as relações entre o Islã e o Ocidente. De acordo com o autor o discurso deturpado e a perspectiva

errônea sobre Oriente, valendo-se de um entendimento tendencioso dificulta a compreensão adequada do Oriente pelo Ocidente.

O Orientalismo, a interpretação simplista e equivocada do Oriente através da perspectiva Ocidental, é constantemente apregoada por Huntington, através de sua análise da universalização de determinados valores Ocidentais. Pode-se melhor compreender tal expressão através da seguinte explanação:

> [...] o orientalismo, se pensado como uma prática discursiva, é um movimento de compreensão do Oriente através dos olhos do Ocidente, numa perspectiva da cultura europeia e de suas subsequentes falhas sobre a alteridade oriental, incapaz de compreender o Outro, uma vez que utiliza a si própria como referência valorativa, e que consiste muito mais em uma rede de interesses e pontos de vista do que no Oriente de fato. (CHAGAS, 2012, 68)

Said afirma que a generalização conflituosa não expressa a opinião das civilizações em sua totalidade, contrapondo-se à declaração de Huntington: “dos dois lados, a interação entre Ocidente e Islã é vista como um choque de civilizações” (HUNTINGTON, 1993, p. 32). O autor indaga, também, sobre a fraca sustentação da generalização de civilização e cultura apresentados por Huntington, com significado fechado, enquanto as mesmas deveriam ser analisadas com fluidez e inter-relacionáveis.

> Huntington escreve que "os cerca de 1 bilhão de muçulmanos do mundo "estão convencidos da superioridade de sua cultura e obcecados com a inferioridade de seu poder'". Será que ele entrevistou 100 indonésios, 200 marroquinos, 500 egípcios e 50 bósnios para chegar a isso? Mesmo assim, que espécie de amostragem seria essa? (SAID, 2001, n.p.)

Desta maneira, as análises sobre a reestruturação da política mundial são amplas e com percepções distintas, trazendo-nos frequentemente indagações e posicionamentos contrários em virtude de fatores múltiplos existentes.

Porém, a despeito das polêmicas até hoje marcantes, julgamos que a relevância dos trabalhos de Huntington não pode ser subestimada, uma vez que é um conjunto da política interna e externa das questões dos Estados Unidos e, também, são fundamentais para a análise do desenvolvimento de outras regiões do mundo. Por outro lado, é imprescindível realizar uma leitura crítica que mostre as limitações metodológicas e as tendências políticas de sua interpretação.

Huntington expõe a evolução dos conflitos, inicialmente, por questões, principalmente, territoriais em um mundo pós-Westfália culminando com o conflito ideológico entre nações. Porém, a sua tese do Choque de Civilizações, na qual as interações entre as identidades culturais e religiosas das distintas civilizações serão a principal razão dos conflitos no mundo contemporâneo, é de inegável interesse para a construção ideológica do trabalho,

visto a dinâmica crescente de conflitos, com aparente motivação cultural, principalmente após o infausto 11 de setembro.

Huntington explicita em sua teoria o confronto cultural, sendo este um aspecto importante para a análise dos números crescentes de atentados terroristas com motivação religiosa. Assim, observa-se uma possível interação e lógica entre as premissas de Huntington, que é subsídio para o discurso radical, fomentando a fatalidade de um conflito inevitável e inflamando o discurso fundamentalista religioso.

Atenta-se para as marcantes inconsistências de seus preceitos, pois ao se analisar o terrorismo extremista islâmico sob o aspecto, unicamente, cultural restringe-se o entendimento das reais motivações, políticas e econômicas presentes, e constantemente obscurecidas. Tal interpretação justifica atitudes políticas e moldam opiniões simplistas, preconceituosas e generalistas, ressaltando a dicotomia entre o Ocidente e o Islã.

A análise cultural, com estreita correlação com outros parâmetros diversos, é de extrema importância, principalmente em virtude da nova dinâmica global, contudo ressalta-se que é apenas mais um aspecto no espectro de múltiplas análises necessárias para um melhor entendimento sobre o terrorismo e suas motivações fundamentalistas religiosas.

Porém, a análise de Huntington serve-nos de ponto de partida para um estudo pautado inicialmente nas diferenças culturais, onde busca-se um melhor entendimento e lógica para as motivações terroristas fundamentalistas religiosas e as tensões existentes entre o mundo islâmico e o mundo Ocidental.

2.3 O MUNDO MUÇULMANO

Conforme Huntington, as interações entre as distintas civilizações não são harmônicas e estáveis, tendem para o conflito. Porém, destaca-se a percepção de maior instabilidade nas linhas de fratura entre o Islã e seu entorno regional, e na análise mundial observa-se uma maior probabilidade de choques entre o Ocidente e o resto, fruto da intolerância islâmica, da postura sínica e da prepotência Ocidental.

Pode-se utilizar de tal análise de Huntington para uma contextualização contemporânea mundial, através da tentativa de justificar a quantidade exorbitante de conflitos em virtude de motivações culturais, tornando as percepções e teorias de Huntington, atuais e aceitáveis.

Destacam-se os conflitos entre palestinos e israelenses, a Guerra da Bósnia (1992-1995), onde croatas católicos, sérvios ortodoxos e bósnios muçulmanos justificaram a limpeza

étnica em parâmetros culturais, a inimizade presente entre hinduístas da Índia e muçulmanos do Paquistão, a Guerra do Golfo de 1991, com a intervenção Ocidental num conflito muçulmano, a Guerra do Afeganistão, onde observou-se o apoio do mundo muçulmano contra a União Soviética, e, principalmente, através do terrorismo internacional de grupos extremistas como a Al-Qaeda e do Estado Islâmico.

Desta maneira o terrorismo fundamentalista islâmico, segundo a tese de Huntington, trata-se de um comportamento de reação à modernidade e as imposições de valores universais, contudo observa-se que atrelar unicamente o terrorismo à motivação religiosa, torna a análise superficial e irracional, visto que há interesses de legitimação das organizações, bem como de influência política.

O terrorismo fundamentalista islâmico é um fenômeno global com influência direta nas relações entre seus diversos atores. Um melhor entendimento das distintas motivações, pode ser analisado por meio da correlação com os fundamentos de Clausewitz, onde busca-se que o adversário execute determinada vontade, tendo a guerra como instrumento da política, desta forma o terrorismo fundamentalista utiliza-se da religião para ocultar e justificar pensamentos políticos.

Segundo Gilpin (2005, p.10), "o terrorismo em todas as suas manifestações é uma forma de ação política realizada para se alcançar objetivos políticos específico", ratificando a afirmação de Clausewitz (1989, p.91) de que "a guerra é meramente a continuação da política por outros meios". A correlação entre Clausewitz e o terrorismo, observa-se através da análise da Trindade Clausewitziana: a violência, o ódio e a inimizade; o acaso e a probabilidade; e a razão e a política.

> A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a guerra uma trindade paradoxal - composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão. O primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente às pessoas; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo. As paixões que serão inflamadas na guerra já devem ser inerentes às pessoas. A liberdade de ação que o jogo de coragem e talento desfrutará na esfera da probabilidade e do acaso dependerá do caráter específico do comandante e do exército, mas os propósitos políticos são apenas um assunto do governo. Estas três tendências são como três códigos de leis diferentes, profundamente enraizados em seu tema e, contudo, variáveis em sua relação uns com os outros. Uma teoria que ignore qualquer um deles, ou que procure estabelecer uma relação arbitrária entre eles, estaria a tal ponto em conflito com a realidade que somente por esta razão seria totalmente inútil. A nossa tarefa é, portanto, elaborar uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três ímãs. (CLAUSEWITZ, 1989, p.92)

Desta maneira, a paixão conflagrada pela religião é inerente ao povo, aos terroristas fundamentalistas trazendo-nos a concepção da violência, porém relaciona-se o acaso e à

probabilidade com os efeitos dos atentados, da arbitrariedade dos ataques, da eficácia de medidas drásticas, estando tal ação subordinada a efeitos maiores e políticos, com estruturas de liderança e pensamentos racionais relacionando-se a razão e a política.

> A publicidade gerada por um ataque terrorista e a atenção focada nos seus perpetradores são planejadas para dar poder aos terroristas, estimulando um ambiente de medo e intimidação propício à manipulação terrorista. Nesse aspecto, o sucesso do terrorismo é melhor mensurado não pela métrica aceite da guerra convencional, isto é, número de inimigos mortos em batalha, quantidade de militares mortos ou território geográfico conquistado, mas pela sua capacidade de atrair a atenção para os terroristas e sua causa e pelo impacto psicológico e efeitos destruidores que os terroristas esperam causar ao público-alvo.
>
> Os terroristas usam a violência ou exercitam a ameaça da violência porque acreditam que somente por meio de ações violentas brutais a sua causa pode triunfar e as suas metas políticas de longo prazo podem ser conquistadas. As operações são então planejadas deliberadamente para apavorar, chocar, impressionar e intimidar, garantindo que os seus atos sejam suficientemente audaciosos, sangrentos e animalescos para capturar a atenção dos media e, por sua vez, também do público e do governo. Dessa forma, ao invés de ser visto como indiscriminado ou insensato, o terrorismo é na verdade uma aplicação deliberada e planejada da violência. (HOFFMAN, 2016, n.p)

Segundo Bernard Lewis, acadêmico britânico, as relações entre o Islamismo e o Ocidente caracterizam-se como conflitantes, conforme escreveu em seu ensaio de 1990 “As raízes da Fúria Muçulmana”, no qual procura elucidar as razões para o ressentimento do Islã pelo Ocidente. Suas ideias foram amplamente discutidas, principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e serviram de base para as percepções de Huntington.

Lewis estabelece o caráter histórico para a origem da rivalidade entre o Ocidente e o mundo Islâmico, enfatizando as relações conflitivas entre o islamismo e o cristianismo, sendo o cristianismo característica principal da civilização ocidental.

O Islamismo é uma religião monoteísta, surgida no século VII e fundada pelo profeta Maomé, possuindo como marco inicial a Hégira, migração realizada pelo profeta de Meca para Medina, baseia-se no Alcorão, livro sagrado enviado por Deus (Allãh). Os seguidores do Islamismo, muçulmanos, utilizam-se dos ensinamentos do profeta relatados na Sunna e no Hadiz, auxiliando na interpretação e entendimento do Alcorão (DEMANT, 2004).

Destaca-se como acentuada distinção da Civilização Ocidental a separação da autoridade espiritual e temporal, explicitando o secularismo, com instituições governamentais e religiosas arredias, sendo o Estado regido por leis distintas das orientações religiosas e com pluralismo social, representado por assembleias ou parlamentos. Entretanto, no islã o sistema legal é regido pela sharia, conjunto de leis islâmicas que são norteadas pelo Alcorão, e especificam as regras comportamentais para os muçulmanos.

O Império Árabe remonta ao surgimento do islamismo, destacando-se no período anterior à unificação na península Arábica, com a presença de diversos reinos e povos autônomos. Após a morte de Maomé, os chefes políticos-religiosos, os califas, utilizaram-se da guerra santa (jihad) para unificar a península e iniciar a expansão.

Segundo Chaplim (1991, p.385), a religião islâmica baseia-se em cinco pilares: a oração ritual realizada na direção de Meca (salat), a peregrinação (hajj), o jejum durante o mês sagrado (sawm), a caridade (zakat) e a asseveração da fé islâmica, tendo Alá como único Deus e Maomé como profeta (Shahada).

> A shahada, ou declaração de fé (literalmente, testemunho), é o **primeiro** dos cinco pilares do islã. O **segundo** é a oração e, em especial, a salat, a prece ritual fixa a ser oferecida com as palavras e movimentos prescritos, cinco vezes por dia, ao amanhecer, ao meio-dia, à tarde, ao pôr-do-sol, e à noite [...] O **terceiro** pilar do islã é a peregrinação, a hajj. Pelo menos uma vez na vida, todos os muçulmanos devem fazer a peregrinação a Meca e a Medina. Não se trata, como a peregrinação a Jerusalém de cristãos e judeus, de uma opção meritória. É uma obrigação religiosa [...] O **quarto** pilar do islã, de acordo com a avaliação tradicional, era o jejum. Durante o Ramadã, o nono mês do ano, todos os muçulmanos adultos, mulheres e crianças, deviam jejuar do amanhecer ao pôr-do-sol. Os idosos, os doentes e os muito jovens podiam ser dispensados; os que estavam em viagem ou empenhados em uma jihad podiam adiar o jejum. O **quinto** e último dos cinco pilares era o zakat, a exação financeira paga pelos muçulmanos à comunidade ou ao Estado. Originariamente contribuição de caridade arrecadada entre os crentes para fins piedosos, foi, com a passagem do tempo, convertida em imposto, ou tributo, pelo qual os que aceitavam o islã davam expressão formal à aceitação. Como obrigação religiosa, conservava o significado de esmola. Os cinco pilares da fé eram obrigações positivas — deveres que o muçulmano tinha obrigação de cumprir. (LEWIS, 1996, p. 218-220, grifo nosso).

Destaca-se o conceito de jihad com dois significados pela religião muçulmana e a ampla abrangência de interpretações, por vezes sendo deturbado e utilizado para justificar o terrorismo fundamentalista islâmico: o primeiro significado representado pela luta, conflito por uma evolução pessoal e espiritual, e o segundo pela evolução da humanidade, implicando na difusão da influência do islamismo para um número crescente de pessoas.

> [...] O termo jihad, convencionalmente traduzido como “guerra santa”, tem o significado literal de esforçar-se, mais especificamente na frase do Corão, “esforçar-se no caminho de Deus” (fi sabil Allah). Alguns teólogos muçulmanos, especialmente em tempos mais modernos, interpretaram o dever de “esforçar-se no caminho de Deus” em sentido espiritual e moral. A maioria esmagadora das primeiras autoridades, no entanto, citando as passagens relevantes do Corão e da tradição, discutiam a jihad em termos militares.
>
> [...] A jihad muçulmana, em contraste, era entendida como uma obrigação ilimitada, religiosa, que continuaria até que todo o mundo aceitasse adotar a fé ou se submetesse à soberania muçulmana. (LEWIS, 1996, p.220)

No período entre os séculos VII-XIII, os árabes consolidaram a expansão do Império, o território da Umma - a comunidade religiosa islâmica, através da estrutura política

baseada no Alcorão e norteados pelos preceitos religiosos do Islã, conforme observa-se no seguinte trecho:

> A primeira expansão centrífuga arábico-islâmica, do início do século VII até meados do século VIII, implantou o domínio muçulmano no Norte da África, na Ibéria, no Oriente Médio, na Pérsia e na Índia Setentrional. Durante cerca de dois séculos, as linhas divisórias entre os Islamismo e o Cristianismo ficaram estabilizadas. Depois, no final do século XI, os cristãos restabeleceram seu controle no Mediterrâneo ocidental, conquistaram a Sicília e capturaram Toledo. Em 1095, a Cristandade lançou as Cruzadas e, durante um século e meio, potentados cristãos tentaram, com êxito decrescente, estabelecer a autoridade cristã na Terra Santa e nas áreas adjacentes do Oriente Próximo, perdendo São João d'Acre, seu último ponto de apoio nesta região, 1291. Enquanto isso, apareceram em cena os turcos otomanos. Eles primeiro enfraqueceram Bizâncio e depois conquistaram grande parte dos Bálcãs, bem como do Norte da África, capturaram Constantinopla em 1453 e sitiaram Viena em 1529. Bernard Lewis assinala que "durante quase mil anos, do primeiro desembarque mouro na Espanha até o segundo sítio de Viena pelos turcos, a Europa esteve sob a ameaça constante do Islã". O Islã é a única civilização que pôs em dúvida a sobrevivência do Ocidente, e fez por duas vezes pelo menos. (HUNTINGTON, 1997, p. 262-263)

Nos séculos XII ao XIV, observa-se a atuação cristã, através das cruzadas e pela reconquista da Ibéria, culminando em Granada com a expulsão dos muçulmanos em 1492.

Entre os séculos XV e XVII atenta-se pelas conquistas do mundo muçulmano em Constantinopla, a ocupação dos Balcãs e o investimento sobre a Europa Oriental. Porém, a preponderância militar e científica do islamismo iniciou seu declínio em 1683, com o fracasso ao cerco de Viena.

Ao término da Primeira Guerra Mundial, as potências ocidentais consolidaram seu domínio sobre os territórios do Império Otomano. No entanto, após a segunda Guerra Mundial, e notadamente após a desestruturação da União Soviética, as imposições e o controle sobre o mundo muçulmano modificaram-se.

> Por sua vez, o recuo do colonialismo ocidental começou lentamente nas décadas de 20 e 30 e se acelerou de forma notável no período posterior à II Guerra Mundial. O Colapso da União Soviética levou a independência a muitas sociedades muçulmanas. Segundo um levantamento, no período entre 1757 e 1919 ocorreram 92 aquisições de território muçulmano por governos não-muçulmanos. Ao se chegar a 1995, 69 desses territórios estavam de novo sob domínio muçulmano e cerca de 45 Estados independentes tinham populações majoritariamente muçulmanas. A natureza violenta desses relacionamentos em mutação se reflete no fato de que 50 por cento das guerras que envolveram pares de Estados de religiões no período de 1820 a 1920 forma guerras entre muçulmanos e cristãos. (HUNTINGTON, 1997, p.263)

O século XX observou o predomínio da Civilização Ocidental, distintamente da Civilização Muçulmana, que se encontrava desestruturada, fracionada e dependente economicamente do Ocidente. Desta maneira, os conflitos atuais entre o Ocidente e o Islã estão mais centrados na proliferação de armas, no terrorismo fundamentalista islâmico, nos direitos humanos e na intervenção Ocidental.

Segundo Huntington (1997), as principais causas dos conflitos na atualidade seriam, além da questão histórica proposta: o ressurgimento islâmico, o intenso esforço do Ocidente para impor a universalização cultural, as constantes interferências nos conflitos do mundo islâmico pelo Ocidente, os crescentes contatos, fruto de maiores relações Inter civilizacionais da globalização e das migrações, acentuando o antagonismo presente nas identidades civilizacionais, o crescimento populacional muçulmano, fomentando adeptos às causas fundamentalistas, tal crescimento demográfico é fonte de instabilidade e violência, bem como a inexistência de um Estado núcleo no Islã, apesar da aspiração de países como a Arábia Saudita, o Irã, o Paquistão, a Turquia e a Indonésia.

Corrobora-se com tal análise a explanação de Napoleoni (2015) em sua obra "A Fênix Islâmica", onde o Estado Islâmico utiliza-se da disseminação do intento da existência de um Estado núcleo, com repercussão positiva na população principalmente sunita. Almeja-se o retorno do Califado, bem como o período de preponderância do Islã. Tal califa, Al-Baghdadi, detendo-se de organização política, inicialmente através do Estado Fantasma, estabilizaria e ascenderia o islamismo no cenário global, de maneira a mediar os conflitos e representar os interesses em comum na comunidade internacional.

> Por baixo do verniz religioso e das estratégias terroristas, jaz, porém, uma máquina político-militar totalmente empenhada na criação de um Estado nacional e, mais surpreendente ainda, na busca da aprovação consensual e colaboração das populações remanescentes na esteira de suas conquistas territoriais. Moradores dos enclaves controlados pelo Califado afirmam que a chegada de combatentes do EI coincide com melhorias na administração e no funcionamento diário de seus povoados. (NAPOLEONI, 2015, p.18)

Huntington (1997), destaca a relação direta entre a Revolução Iraniana de 1979 com a escalada da ascensão do extremismo islâmico, explicitando como uma quase guerra. Contudo, Huntington conclui que o problema não é o fundamentalismo islâmico, mas as diferenças entre as duas civilizações, com culturas distintas e conflitos históricos, que almejam maior representação nas interações mundiais.

A análise de Huntington, ainda que possa ser considerada por muitos de seus críticos como "simplista" e "reducionista", deve ser analisada com atenção, evitando-se relacionar os conflitos atuais unicamente pelas distinções culturais, pois mesmo sendo de extrema importância a compreensão cultural, a evolução política, econômica e social dessas sociedades deve orientar, também, o estudo.

Nota-se, atualmente, que há uma análise fria de parâmetros isolados, principalmente culturais, de maneira a justificar posturas políticas exageradas e preconceituosas, propondo o

combate à determinada religião e não à parcela terrorista fundamentalista que se oculta em meio a população.

3 TERRORISMO

3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A CLASSIFICAÇÃO

Em diversos momentos históricos observou-se ações que podem ser caracterizadas como atos de terrorismo. Entretanto, a expressão etimologicamente surge na França durante a Revolução Francesa no século XVIII, onde se viveu o "período do terror", forma de governo implantada pelos jacobinos para impor autoridade, utilizando de grande violência, conforme afirmado por Robespierre:

> Terror não é nada mais do que justiça, pronto, grave, inflexível; portanto, é uma emanação da virtude; não é tanto um princípio especial, pois é uma consequência do princípio geral da democracia aplicado às necessidades mais urgentes de nosso país (ROBESPIERRE, 1794 apud SCHMID, 2011 p. 89).

Durante o governo de Robespierre, foram executados milhares de opositores, porém, sua preponderância política foi perdida e Robespierre foi guilhotinado sob a acusação de terrorismo, atrelando a ideia de terrorismo ao abuso do exercício de poder pelo Estado.

A evolução do terrorismo moderno ao longo da história é incontestável, adaptando-se e incorporando novas formas de atuação, financiamento e tecnologias, ampliando sua área de influência.

A análise evolutiva do terrorismo moderno é proposta por David C. Rapoport, através de quatro ondas, "The Four Waves of Modern Terrorism". Segundo o teórico, "a onda" se caracteriza por um ciclo temporal, com fases de expansão e contração.

A denominação das ondas é realizada analisando-se as características semelhantes dos diversos eventos terroristas, mesmo que em localidades distintas, porém com a mesma energia motivadora. (RAPOPORT, 2004, p.47)

Através desta teoria, Rapoport procura desvincular-se de uma análise estática e rígida do estudo do terrorismo e propõe o estudo evolutivo, com a conexão de eventos e a ininterrupção de ações. Segundo ele, a duração da onda depende da energia motriz original, e sem uma continuidade e novas organizações "a onda" inicia sua contenção e desaparece.

Nas três primeiras ondas observa-se um período de uma geração, aproximadamente 40 anos. A capacidade de adaptação da quarta onda, utilizando-se de novas tecnologias e da globalização, possibilita que ela perdure num período maior que as anteriores.

A primeira onda do terrorismo moderno apontada por Rapoport é a Onda Anarquista, originada na segunda metade do século XIX, com a atuação desestabilizadora de Anarquistas e Niilistas, principalmente na Europa Ocidental, Rússia e EUA, com o intuito de minimizar a opressão do governo. Detendo-se ao caráter nacionalista e anarquista, utilizavam-

se do terror, através de assassinatos de figuras políticas importantes, para despertar a opinião pública sobre os intentos revolucionários.

A abrangência nacional e internacional foi grande, em virtude da evolução nos transportes e nas comunicações. Dentre as motivações destaca-se, principalmente, as questões da política interna dos países. Os revolucionários revestiam-se de orgulho ao se autodeclararem terroristas.

Enfatiza-se a mudança de entendimento sobre o terrorismo, transformando-se da atuação direta do Estado, fruto da Revolução Francesa, para uma percepção de atos praticados contra o Estado, atraindo a atenção da população contra a ordem vigente.

Apesar da expansão do terrorismo, sua dimensão ainda era limitada, visto que se restringia aos territórios internos dos Estados com atuações de grupos que se contrapunham ao sistema político, econômico, religioso ou social particulares.

Em decorrência da primeira onda, ocorreu a necessidade de desenvolvimento do aparato policial dos Estados para melhor se contrapor aos revolucionários terroristas.

A segunda onda terrorista, Onda Anticolonial, relaciona-se com a assinatura do Tratado de Versalhes após o término da Primeira Guerra, desdobrando-se também ao término da Segunda Guerra Mundial.

O direito da autodeterminação dos povos motivou grupos separatistas em atos terroristas, com o intuito de independência e constituição de novos Estados. Pode-se relacionar nesta Onda Anticolonial, o Exército Republicano da Irlanda (IRA), a Organização Nacional pela Luta Cipriota (EOKA) ou os movimentos judeus Lehi e Irgun.

Segundo Rapoport, a segunda onda é um evento totalmente internacional. A expansão do terrorismo como fenômeno global se estabelece no período entre guerras, destacadamente, após o assassinato do Rei Alexandre I da Iugoslávia e do Ministro Francês de assuntos estrangeiros, Louis Barthou por terroristas croatas, tendo como consequência a Primeira Convenção Internacional para a Prevenção e Repressão contra o Terrorismo em 1937, pelo Conselho de Segurança da Sociedade das Nações. Todavia, em virtude do cenário de desestabilidade mundial presente nos anos que se antecederam à Segunda Guerra Mundial, os anseios de tal Convenção não foram alcançados.

Os grupos componentes da segunda onda se autodesignavam como combatentes da liberdade (Freedom Fighters), visto a conotação negativa estabelecida pela palavra terrorismo. Com tal estratégia buscava-se angariar o sentimento patriótico e uma comunicação assertiva com o público de interesse.

A falta de concordância sobre a definição de terrorismo reflete a natureza política e social, bem como a volatilidade do termo, que dependendo do período estipulado ou governo abrangido, pode se modificar para atender aos interesses particulares. Exemplifica-se tal afirmação pela dificuldade de distinção entre terrorismo e Freedom Fighters.

> (...) a diferença entre revolucionário e terrorista está no motivo pelo qual cada um deles luta. Isso porque quem assume posição por uma causa justa e batalha pela liberdade e pela libertação de sua terra do jugo de invasores, assentadores e colonizadores não pode de modo algum ser chamado de terrorista (...) (YASSER ARAFAT, 1974 apud MESQUITA, 2012, p.17)

Díspar da primeira onda, onde o financiamento era originado de diversos roubos, particularmente a bancos, na Onda Anticolonial o auxílio financeiro era originário de grupos dispersos em função das diásporas e de países interessados em proteger seus interesses, acentuando ainda mais o caráter internacional de segunda onda.

Destaca-se a atuação de instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas, alterando a relação entre os diversos atores envolvidos no cenário internacional.

Segundo Rapoport (2011), a terceira onda, Onda da Nova Esquerda, possui a Guerra do Vietnã como acontecimento marco deste novo modelo de terrorismo, assim como a Revolução Cubana, onde observou-se a fragilidade da ordem mundial vigente. A Guerra do Vietnã demonstrou a possibilidade da utilização eficaz da guerra assimétrica.

A Onda da Nova Esquerda é analisada e relaciona-se, principalmente, durante o período da Guerra Fria, onde o antagonismo de ideias fez-se presente, inclusive com o apoio logístico e financeiro às organizações terroristas pelas potencias hegemônicas.

Nas décadas de 60, atos terroristas direcionados contra a aviação civil foram preocupantes, exigindo, desta maneira, uma melhor resposta da sociedade internacional. A Convenção Internacional sobre a Segurança Aérea refletiu tal demanda.

Durante os anos 70, observou-se uma rápida multiplicação de atos e grupos terroristas em escala global como no conflito Israel e Palestina, nas Brigadas Vermelhas na Itália, o IRA na Irlanda do Norte, o ETA na Espanha, o Exército Vermelho no Japão, os diversos grupos de inspiração marxista-leninista em países de Terceiro Mundo e a atuação do grupo terrorista Setembro Negro, palestino, durante os Jogos Olímpicos de Munique em 1972.

A comunidade internacional continuou a atuar em prol da limitação dos atos de terrorismo internacional. No entanto, fruto da falta de consenso, os diversos tratados e resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas se limitaram a adotar medidas reativas para reprimir o terrorismo, propondo uma construção incremental, pela análise particular de cada ação terrorista, de forma específica e pontual.

Observa-se, na Onda da Nova Esquerda, o processo de internacionalização do terrorismo e o estreitamente de laços entre as diversas organizações terroristas, conforme relatado por Miller em seu artigo The Evolution of Terrorism:

> Essa nova tática não só é sustentada por uma ênfase ideológica diferente, evidente na recente onda de atentados e assassinatos, mas muitos observadores do terrorismo estão falando de uma nova cooperação entre grupos terroristas. O assassinato do brigadeiro-general francês René Audran em Paris, em 25 de janeiro de 1985, parece ter sido um empreendimento cooperativo entre a Ação Direta da França e a Facção do Exército Vermelho. (DEUTSCHLAND, 1985, p.15 apud MILLER, 1985, p.7, tradução nossa)

> Quaisquer dúvidas que possam ter existido sobre a cooperação entre grupos terroristas foram deixadas de lado pela captura israelense de dúzias de antigos terroristas de todo o mundo treinando no sul do Líbano. Os documentos capturados da OLP indicavam que, entre 1980 e 1981, cerca de 2300 terroristas de vinte e oito países diferentes foram treinados em bases no Líbano. Incluídos nesta combinação estavam representantes do novo "combatentes comunistas", das Brigadas Vermelhas da Itália, da Alemanha Ocidental Facção do Exército Vermelho e da Ação Direta da França. (GICHON, 1982, p. 20 apud MILLER, 1985, p.7, tradução nossa).

> A razão pela qual a mídia se atentou com a "nova cooperação" é não tanto porque é novo, mas porque não pode mais ser ignorado. No novo terrorismo, os próprios grupos fizeram grandes esforços para divulgar sua cooperação. De fato, do ponto de vista tático, esse tipo de cooperação é um claro afastamento do pensamento terrorista anterior. Antes da nova onda de terrorismo, os "comunistas em luta" da Europa aderiram ao bem conhecido Panfleto Número 4 das Brigadas Vermelhas Italianas, cujo princípio orientador era a proibição de operações táticas comuns. Claramente, o novo terrorismo se afastou dessa posição em busca de maior eficácia e em um esforço para construir uma massa maior de seguidores. (HORCHERN, p. 35 apud MILLER, 1985, p.7, tradução nossa)

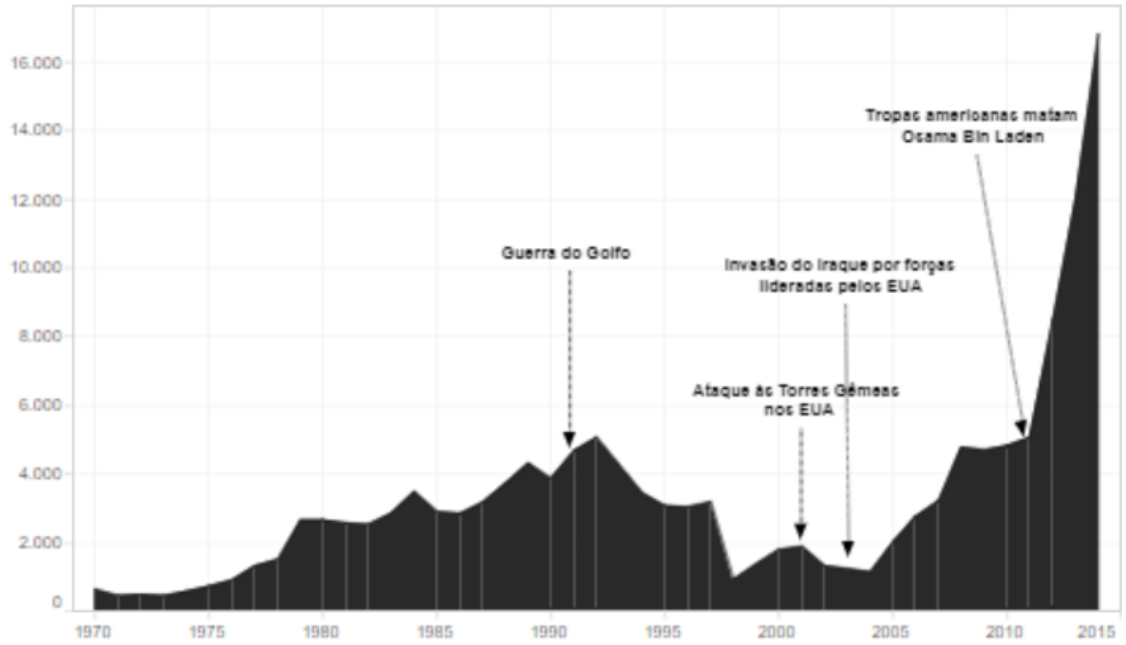
A quarta, a Onda Religiosa, surge na década de 80 estabelecendo como episódios marcantes a invasão do Afeganistão, pelas tropas soviéticas, e a Revolução Xiita no Irã de 1979 que retirou do governo o Xá Reza Pahievi, que possuía alinhamento com os Estados Unidos, e colocou no poder o Aiatolá Khomeini, demonstrando a rejeição da sociedade iraniana ao sistema vigente. A instauração deste novo regime está estritamente vinculada ao surgimento de grupos terroristas fundamentalista na região.

Nos anos 90, houve a desestruturação do bloco soviético e a consolidação da hegemonia norte americana. Assim, o terrorismo internacional se modificou assumindo, principalmente contornos de fundamentalismo religioso, culminando nos atentados de 11 de setembro de 2001. Após tal episódio, o terrorismo tornou-se pauta principal na agenda mundial e modificou a política externa de diversos países no mundo, bem como o cenário internacional.

> O terrorismo fundamentalista islâmico terá tido a sua gênese na Irmandade Mulçumana, mas foi em 1989, com a retirada soviética do Afeganistão, que os Taliban tornaram possível que o fundamentalismo radical ganhasse um espaço que Bin Laden aproveitou para estruturar a Al-Qaeda, de modo a criar uma rede de grupos islâmicos fundamentalistas radicais. Tais grupos aproveitam as “facilidades” da globalização para se manterem incógnitos e assim atuarem de forma imprevista, para desencadearem a “[...] reconquista de todas as terras do Islã ocupadas por infiéis, desde a Indonésia às então Repúblicas Soviéticas da Ásia Central, passando pela Andaluzia.” (RAMOS, 2009, p.30 *apud* RAMOS, 2012, p.70)

O debate contemporâneo, sobre a Onda Religiosa, ainda que pautado na proliferação do conflito, conforme pode-se constatar no gráfico 1, configura-se com natureza supra estatal. A ação terrorista transnacional passa a atuar em diversos ambientes distintos com relações interestatais e transnacionais, fora de competência territorial específica, evoluindo seu espectro de atuação, com dimensões além do Estado e com a utilização maciça da tecnologia da informação para a propagação de ideias dos grupos terroristas.

Gráfico 1 - Número de Ataques Terroristas



Fonte: O Globo, Disponível em <https://infograficos.oglobo.globo.com/mundo/ataques- terroristas-no-mundo-desde-1970.html> Acessado em 26 de julho de 2019.

O impacto imediato, após os eventos de 11 setembro e seus desdobramentos, reflete-se na imagem da ineficiência do sistema tradicional de manutenção da paz, observando-se, desta forma, a necessidade de novos debates e atuações marcantes na tentativa de sanar tal percepção.

> Uma conclusão que podemos tirar imediatamente é que, desde o ataque do 11 de Setembro, o negócio do terrorismo islâmico tem se fortalecido, em vez de se enfraquecer – a ponto de ter se expandido para o terreno da criação de uma nação inteira -, simplesmente procurando manter-se atualizado com as coisas de um mundo em rápida transformação, no qual os instrumentos de propaganda e da tecnologia desempenham um papel de importância decisiva. Já não se pode dizer o mesmo com relação às forças empenhadas em impedir que ele se expanda. (NAPOLEONI, 2015, p.23).

No que tange ao conselho de segurança da ONU, pode-se estabelecer os atentados de 11 de setembro e a posterior invasão do Iraque como marco para a mudança de postura em suas resoluções. Anteriormente, a postura limitava-se contra atos específicos, mas, depois do

atentado, observou-se uma preocupação ampla para o fenômeno terrorista, através de sua abordagem temática, preocupando-se menos com a definição e atentando-se para as infrações e violações cometidas, aumentando a repressão e a competência jurídica.

> o objetivo do emprego do terror é permitir romper uma barreira que impede a reunião de forças para mudar uma situação; não há, no caso do terrorismo, uma vinculação direta entre o emprego do terror e o objetivo último buscado pelo grupo, até porque este não dispões de força suficiente para fazê-lo; seu objetivo é aumentar a sua força. Quando se quer obrigar alguém a fazer algo, é preciso dizer a ele o que se quer (...); nos [atos terroristas] (...), a melhor maneira de um grupo não obter o resultado imediato desejado é anunciá-lo. (DINIZ, 2002 apud REZENDE, SCHWETHER, 2015, p.93)

Destaca-se que o terrorismo está arraigado pelo cunho político, independentemente de suas motivações ou da utilização do terror para alcançar tal objetivo, estando intimamente relacionado com a obtenção de poder e, através deste, a busca por modificações estruturais nas políticas existentes.

3.2 DEFINIÇÃO DE TERRORISMO

O terrorismo, apesar de não se configurar como termo e realidade recente, é extremamente problemático em sua análise, em virtude da ausência de uma definição clara na comunidade internacional, apresentando-se com múltiplas interpretações e diversas exceções, moldando-se para atender as realidades e expectativas ideológicas, políticas e históricas particulares dos diversos Estados.

A diferenciação de valor na definição de terrorismo e sua conotação negativa moldam pensamentos e posições dentro do sistema internacional, tornando tal interpretação extremamente flexível e pessoal, conforme se pode observar no trecho sobre terrorismo escrito por Brian Jenkins:

> O termo "terrorismo" não tem uma definição precisa ou amplamente aceita. O problema de definir o terrorismo é agravado pelo fato de que o terrorismo se tornou recentemente uma palavra de moda usada de maneira promíscua e frequentemente aplicada a uma variedade de atos de violência que não são estritamente terroristas por definição. Geralmente é pejorativo. Alguns governos tendem a rotular como terrorismo todos os atos violentos cometidos por seus oponentes políticos, enquanto extremistas antigovernistas frequentemente alegam serem vítimas do terrorismo do governo. Portanto, o que é chamado terrorismo parece depender do ponto de vista de alguém. O uso do termo implica um julgamento moral; e se uma parte pode anexar com sucesso o rótulo de terrorista ao seu oponente, então indiretamente persuadiu outros a adotarem seu ponto de vista moral. (JENKIS, 1980, p.1)

Em virtude desta indefinição e, principalmente, da falta de um entendimento comum e global sobre o terrorismo internacional, não há uma abordagem única do tema com o rigor e as nuances necessárias para sua prevenção e limitação dentro de um sistema cada vez mais fluido e permeável, caracterizado pelo estreitamento das relações entre os diversos atores

globais, consequência do processo dinâmico de integração mundial, globalização e evolução tecnológica.

Ressalta-se que, independente da motivação primeira do terrorismo ou sua tipificação, este possui como ponto focal e objetivo a alteração de condições políticas, vinculando-se à busca de poder.

De acordo com Whittaker (2005), especial atenção deve ser atribuída na distinção entre guerra de guerrilha e terrorismo para o correto entendimento deste termo, visto que apesar de empregarem táticas semelhantes, com propósitos próximos de coação com alteração de comportamento pelo medo, há diferenças entre tais fenômenos.

A guerrilha refere-se a grupos que se organizam militarmente, exercendo controle sobre determinada área e sua população confrontando as forças militares inimigas. Distintamente, o terrorismo, em geral, não se estabelece como unidade militar, não objetiva controle de territórios e evita o combate com forças militares inimigas.

O terrorismo distancia-se do crime comum quanto ao propósito, porquanto o crime comum é estimulado por interesses particulares, em geral financeiros. O terrorismo vincula-se diretamente com a modificação do sistema vigente, utilizando-se do medo e suas consequências midiáticas e psicológicas. Pode-se melhor compreender as motivações do terrorista, através da análise da explanação de Hoffman:

> Finalmente, deve-se enfatizar que, bem diferente do criminoso vulgar ou do assassino lunático, o terrorista não persegue objetivos puramente egocêntricos; ele não é induzido pela vontade de encher o próprio bolso ou satisfazer alguma necessidade ou queixa pessoais. O terrorista é fundamentalmente um *altruísta*: acredita que serve a uma "boa" causa, concebida para chegar a um bem maior para uma comunidade mais ampla – quer real quer imaginária – que terrorista ou a organização supõe representar. O criminoso, em comparação, não serve a causa alguma, só seu ganho pessoal e satisfação material. (HOFFMAN, 1998, p.42-2, 43-4 apud WHITTAKER, 2005, p.27)

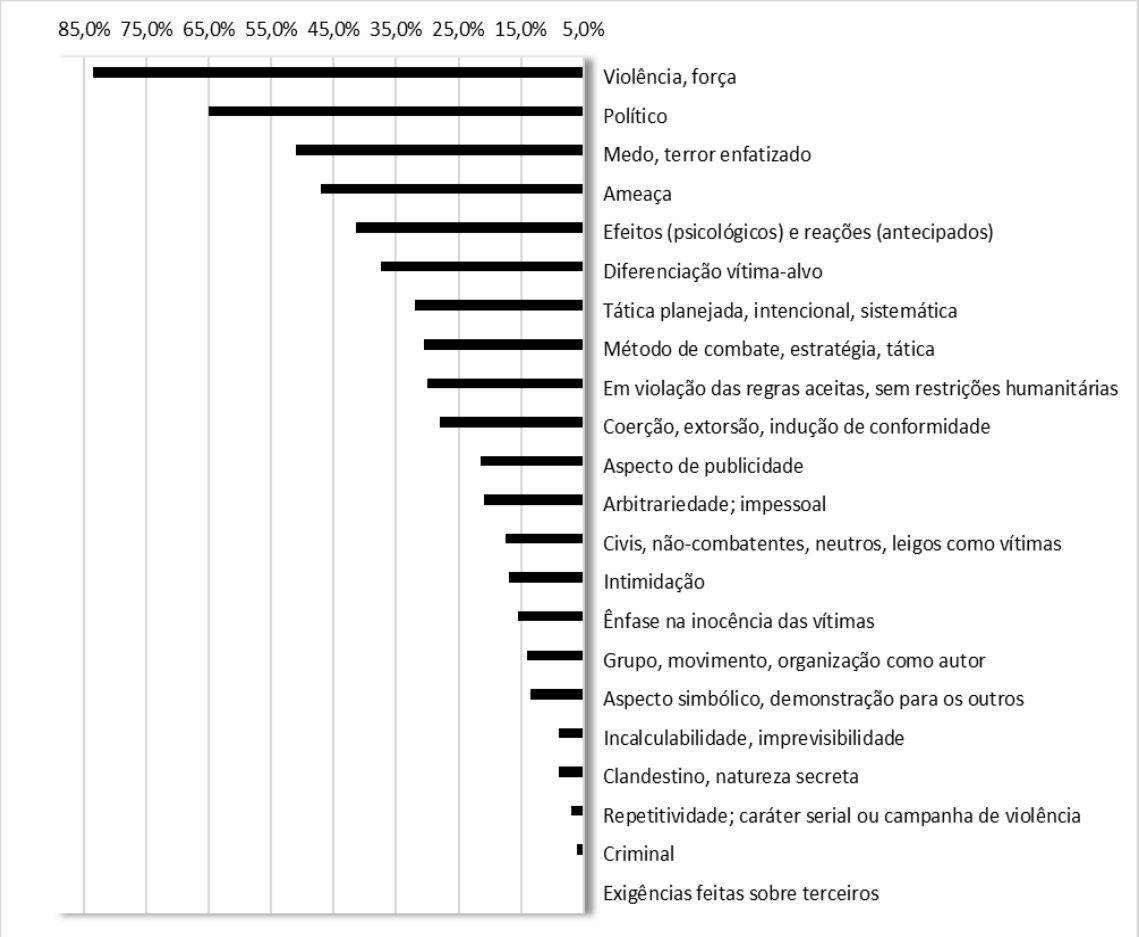
Brenda Lutz e James Lutz (2010) ao analisar a definição de terrorismo, enumeram seis elementos principais que norteiam a natureza do ato:

> (1) o uso da violência ou ameaça de utilizar (2) por um grupo organizado (3) para alcançar objetivos políticos. A violência (4) é dirigida contra um público-alvo que se estende para além das vítimas imediatas, que são muitas vezes os civis inocentes. Além disso (5), enquanto um governo pode ser o autor da violência ou o alvo, ele é considerado um ato de terrorismo somente se um ou ambos os atores não são um governo. Por fim (6), o terrorismo é uma arma dos fracos (LUTZ; LUTZ, 2010, p. 341 apud FRIZZERA; SOUZA; JUNIOR, 2014, p. 117 - 118).

Com o intuito de facilitar o entendimento conceitual sobre a definição de terrorismo Schmid e Jongman (1988) elaboraram uma análise detalhada de 109 definições de terrorismo no meio acadêmico e compilaram os termos mais empregados, conforme pode-se analisar no gráfico 2. Após tal estudo, propuseram a seguinte definição de terrorismo:

> Terrorismo é um método de inquietação inspiradora de repetida ação violenta, empregado por indivíduos, grupos ou estados (semi-) clandestinos, por razões idiossincráticas, criminais ou políticas, em que - em contraste com assassinato - os alvos diretos da violência não são os principais alvos. As vítimas humanas imediatas da violência são geralmente escolhidas aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou seletivamente (alvos representativos ou simbólicos) a partir de uma população alvo, e servem como geradores de mensagens. Os processos de comunicação baseados em ameaça e violência entre terrorista (organização), vítimas (em perigo) e as metas principais são usadas para manipular o alvo principal (audiência (s)), transformando-o em um alvo de terror, um alvo de demandas ou um alvo de atenção, dependendo se intimidação, coerção, ou propaganda são procurados. (SCHMID e JONGMAN,1988).

Gráfico 2 - Frequência de Termos de Definição de Terrorismo



Fonte: o autor, adaptado de (SCHMID e JONGMAN 1988)

Contudo, a problemática do entendimento sobre o terrorismo é extensa, e não há uma definição consensual sobre o tema, apesar do esforço tanto de acadêmicos renomados, como de instituições governamentais. Há a busca de definições que possibilitem um entendimento assertivo e proporcionem arcabouço jurídico para atuações enérgicas diante um terrorismo contemporâneo que amplia sua rede de atuações e área de abrangência.

Ao considerar as definições de diversas instituições e governos sobre o terrorismo, fica ainda mais evidente o valor subjetivo e o ponto crítico particular que cada agência procura estabelecer.

Para o FBI, polícia federal americana, a definição de terrorismo é “o uso ilegal da força ou violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, uma população civil, ou qualquer segmento dela, em apoio a objetivos políticos ou sociais”(FBI, Estados Unidos apud WHITTAKER, 2005, p.18), porém o Departamento de Defesa dos Estados Unidos considera “o calculado uso da violência ou da ameaça de sua utilização para inculcar medo, com a intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades, afim de conseguir objetivos, geralmente políticos, religiosos ou ideológicos” (Department of Defense, Estados Unidos apud WHITTAKER, 2005, p.18).

Através da interpretação de ambas definições se observa, conforme analisado por Degenszajn, o subjetivismo para atender os anseios desejados.

> Pode-se notar, ainda, ao atentar para as definições do FBI (polícia federal dos Estados Unidos), do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado do governo estadunidense, que as definições são orientadas pela própria prática e perspectivas adotadas por cada uma das agências. O FBI incorpora a noção da legalidade, ao mesmo tempo em que o Departamento de Estado recupera a ideia de coerção e intimidação de governos. Essas indicações tópicas apontam para um elemento importante nesse debate, que é o de que as definições sobre o terrorismo dependem fundamentalmente dos interesses políticos e da composição de forças que atravessam cada uma dessas instituições (Degenszajn,2006, p. 19).

Observa-se no estudo realizado por Schimid dez termos comuns utilizados pelo meio acadêmico e governamental, com vistas a facilitar o entendimento da definição de terrorismo.

> 1 - O uso demonstrativo da violência contra seres humanos;
>
> 2 - A (condicional) ameaça de (mais) violência;
>
> 3 - Produção deliberada de terror ou medo a um grupo-alvo;
>
> 4 - Alvo de civis, não-combatentes e inocentes;
>
> 5 - Propósito de intimidação, coerção e/ou propaganda;
>
> 6 - O fato de que é um método, tática ou estratégia de travar conflitos;
>
> 7 - Importância de comunicar o ato(s) de violência para um público maior;
>
> 8 - A natureza ilegal, criminosa e imoral do ato(s) de violência;
>
> 9 - O caráter predominantemente político do ato;
>
> 10 - O seu uso como uma ferramenta de guerra psicológica para mobilizar ou imobilizar setores do público. (ALCANTARA, 2017, p.33 apud SCHMID, 2011, p. 74)

O impasse quanto ao terrorismo exercido pelo Estado é outro importante foco de tensão e discordância, pois a imagem de um Estado associado a condutas ilícitas ou a graves violações dos direitos humanos torna a problemática da definição ainda maior.

O terrorismo através do patrocínio de Estados vincula-se a objetivos estratégicos, tornando-se ferramenta vantajosa para encobrir aspirações e atuações errôneos do Estado, desvinculando-o à imagem do terror. Destaca-se a associação de determinados Estados às causas terroristas como por exemplo o Irã, o Líbano e a Síria.

Dentre as dificuldades para a atuação da Corte Internacional de Justiça contra o terrorismo, enfatiza-se a atuação transnacional de diversos grupos sem fronteiras definidas, livres de imposições geográficas. Como a atuação da Corte é direcionada aos Estados soberanos, limitados por suas fronteiras, a indefinição da localização de grupos terroristas dificulta a adoção de medidas e responsabilização dos Estados pela Corte Internacional.

Com fim da guerra fria, o terrorismo, principalmente os que possuem motivação religiosa, tem crescido de maneira vertiginosa, sendo fomentado pelo fanatismo, onde grupos extremistas utilizam-se do terror para alcançar os objetivos.

O terrorismo é considerado problema grave com consequências diretas que afetam a sociedade internacional. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 e a declaração de "Guerra ao Terror" pelo presidente Bush, o terrorismo entrou de forma destacada em pauta na agenda internacional, apresentando-se com efeitos de projeção global e exigindo a atuação direta da comunidade internacional.

Em virtude da evolução do terrorismo há estudiosos que consideram os atentados de 11 de setembro como o marco diferenciador do "Velho Terrorismo" para o "Novo Terrorismo", em virtude da escalda da violência apresentada, como pode-se verificar no gráfico 3, e do alcance global, inclusive com a atuação dos terroristas lobos solitários, que preparam e cometem atos violentas, mesmo não subordinando-se diretamente à estrutura organizacional de comando, sendo influenciados através, principalmente, das tecnologias da informação.

A capacidade de adaptação de grupos terroristas, bem como o aumento da letalidade de seus atos e o estreitamento com grupos criminoso refletem a preocupação do cenário internacional. De acordo com Schmid, pode-se enumerar doze pontos que evidenciam a tendência do novo terrorismo

1- Tentativas de adquirir armas de destruição em massa;

2- Fanatismo religioso

3- Terrorismo catastrófico

4- Porosidade de fronteiras

5- Comunicação global

6- Pontes da diáspora (conflitos portáteis)

7- Camicase, terrorismo suicida

8- Expansão da gama de alvos (CICV11, ONU)

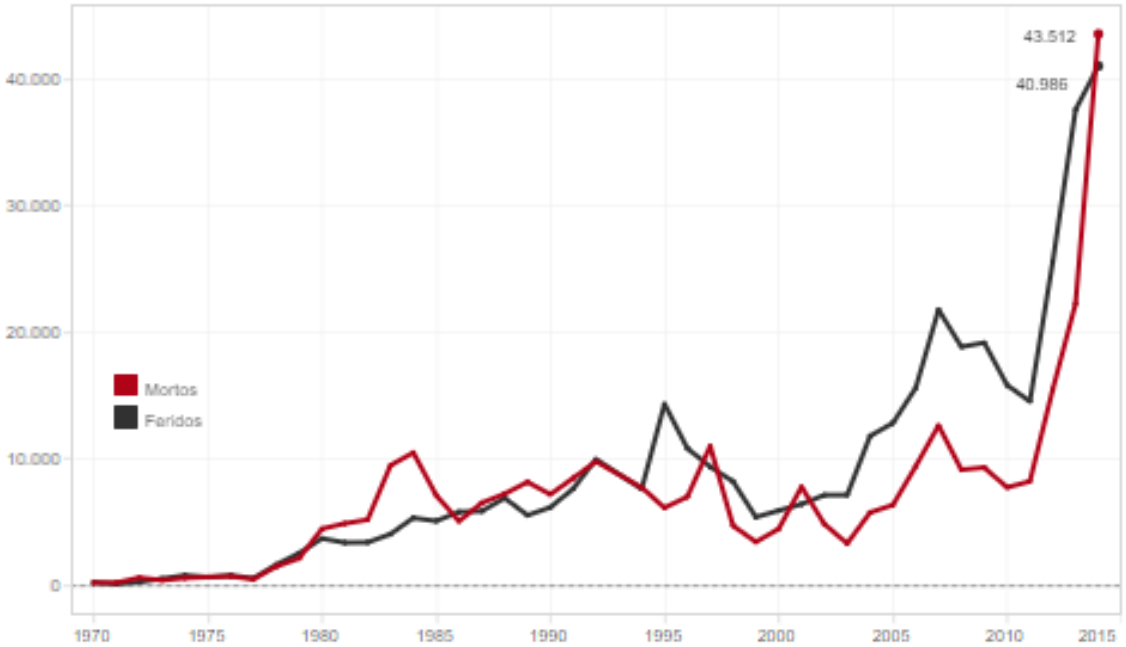
9- Ligações com o crime organizado

10- Novas fontes de financiamento;

11- Estados falidos e fracos como refúgios seguros;

12- Novos tipos de armas (por exemplo MANPADS12) (ALCANTARA, 2017, p. 34 apud SCHMID, 2011, p. 233).

Gráfico 3 - Mortos e Feridos – Terrorismo



Fonte: O Globo, disponível em: https://infograficos.oglobo.globo.com/mundo/ataques-terroristas-no-mundo-desde-1970.html. Acessado em 26 de julho de 2019.

Ratificando as análises de definição do terrorismo apresentadas, pode-se observar a apreciação de Hoffman sobre o tema, com a delimitação de objetivos políticos, a utilização da violência, a repercussão psicológica, a estrutura de comando presente na organização e o caráter subnacional ou não-estatal. Esta análise subsidiará o presente trabalho, delineando os aspectos de maior relevância para o entendimento da prática do terrorismo.

> Pode-se, então, tentar definir agora o terrorismo como criação deliberada e exploração do medo por intermédio da violência ou da ameaça de sua utilização na busca por mudança política. Todos os atos terroristas envolvem violência ou sua ameaça. O terrorismo é especialmente projetado para causar repercussões bem diferentes que as da vítima ou alvo imediato do ataque terrorista. Pretende instalar o medo e, por via de consequência, intimidar um "público-alvo" mais amplo, que pode incluir um rival étnico ou grupo religioso, todo um país, um governo nacional, ou partido político, ou a opinião pública em geral. O terrorismo é arquitetado para criar poder onde não existe

> nenhum, ou para consolidá-lo onde ele é pequeno. Com a publicidade gerada pela violência, os terroristas buscam obter a alavancagem, a influência e o poder de que carecem para efetivar mudança política, seja em escala local seja internacional. (HOFFMAN, 1998, p. 41 apud WHITTAKER, 2005, p.29)

4 FUNDAMENTALISMO

4.1 FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

Segundo Armstrong (2009), a origem do fundamentalismo remete ao movimento religioso protestante, surgido no século XIX, afirmando a Bíblia como base prioritária, devendo-se atentar para o caráter literal de sua aplicabilidade, apresentando os dogmas como fator regente da vida política e social. Os fundamentalistas religiosos almejam o retorno às bases religiosas e a adoção de seus preceitos por todos, distinguindo-se do pensamento liberal. Desta maneira, há a rejeição de interpretações contrárias, geralmente, atrelado ao lado radical e fanático.

Porém cabe salientar que o fundamentalismo não se relaciona unicamente à religião, estando em diversos outros segmentos como o econômico e o científico. O fundamentalismo religioso tampouco é restritivo ao mundo muçulmano, vinculando-se a grupos que interpretam a religião como norteadora dos aspectos políticos, culturais, sociais e jurídicos e procuram impor tal entendimento a sociedade.

Pode-se destacar como fundamentalista extremista islâmico, a Al Qaeda, o Boko Haram e o Estado Islâmico, no fundamentalismo do judaísmo observa-se grupos como o Kach Kahan Chai, que busca estabelecer territórios conforme especificados no Torá e no cristianismo destaca-se o Cristian Voice.

Pode-se melhor compreender, o caráter restrito e absoluto do fundamentalismo, através da definição de Boff e da análise de Oro:

> Não é uma doutrina. Mas uma forma de interpretar e viver a doutrina. É assumir a letra das doutrinas e normas sem cuidar de seu espírito e da inserção no processo sempre cambiante da história, que obriga a contínuas interpretações e atualizações, exatamente para manter sua verdade essencial. Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista. (BOFF, 2002, p.25)

> A necessidade de um conceito claro de fundamentalismo é urgente. Como se constata, nos últimos anos o termo fundamentalismo vem sendo prodigamente empregado em situações variadíssimas, tanto no campo religioso como no político. Fundamentalismo aparece, às vezes, como sinônimo de conservadorismo, sectarismo e fanatismo; como movimento ou corrente amarrados a modelos culturais religiosos do passado, fechados aos valores do mundo moderno e até mesmo às ciências. Tanto se fala em fundamentalismo que esse termo já está inflacionado. Em geral, carrega uma carga negativa e uma conotação pejorativa. Fundamentalista seria o fanático, o sectário, o intolerante, o conservador, o autoritário, o totalitário... e sempre são os "outros". Por causa disso, até os clássicos representantes desse movimento no protestantismo de hoje preferem o título de evangélico-conservador ao de fundamentalista. (ORO, 1996, p.23 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 75)

O fundamentalismo islâmico torna-se atrativo diante do ambiente incerto e mutável presente pela globalização. Novas descobertas e interações entre Estados contrapõem-se aos princípios basilares culturais, onde os anseios não atendidos pela modernidade secular, em geral

fruto de desigualdades sociais, distinguem-se ao preenchimento espiritual de alento e autoafirmação concebidos pela religião.

> Há ainda aqueles que enfatizam outra característica fundamental do novo terrorismo: o papel ascendente da religião, principalmente o islamismo em sua versão radical e fundamentalista, como um dos principais motivadores para os ataques terroristas que ocorrem no pós-Guerra Fria (Laquear, 1999). Para Gurr e Cole (2000), houve um crescimento alarmante nos últimos anos de organizações terroristas classificadas como religiosas. Hoffman (2001) aponta a religião é, de fato, a principal particularidade deste terrorismo moderno, uma vez que produz "sistema de valores, mecanismos de legitimação, conceitos de moralidade e visão de mundo radicalmente diferentes" (idem 87). Nessa visão, portanto, para esses seguidores religiosos extremistas a confiança absoluta em uma crença e em seus princípios morais oferece justificativa suficiente para eliminar aqueles que tenham um modo de vida distinto de tais preceitos (GURR, COLE, 2000; HOFFMAN, 2001; LAQUEAR, 1999 *apud* REZENDE, SCHWETHER, 2015, p.93).

O Islã apesar de sua concepção monoteísta, definido pela submissão a Deus, estruturando-se no Alcorão, livro sagrado, e nos ensinamentos do profeta relatados na Sunna e no Hadiz, apresenta-se desconexo e dividido numa pluralidade de seitas, onde duas principais vertentes se destacam: os sunitas e os xiitas.

O ponto de inflexão de tais grupos remonta à disputa pela sucessão, após a morte do quarto califa, Ali Abu Talib, genro de Maomé, assassinado em 661. A maioria dos muçulmanos, aproximadamente 85%, formaram a vertente sunita, e consideram que a fonte essencial para a lei Islâmica é a Suna. Opondo-se a tal concepção encontram-se os xiitas, que creem que apenas os membros do clã de Maomé poderiam liderar o mundo muçulmano, por possuírem atributos divinos. (MAGNOLI, 2004, p.313).

A abrangência de vertentes dentro do mundo islâmico corrobora com o pensamento de Huntington quanto à inexistência de um Estado-núcleo no mundo Islâmico, tornando o consenso e a unicidade ideológica estorvada.

> Um fator mais convincente que possivelmente explica os conflitos tanto intra como extra islâmicos é a inexistência de um ou mais Estados-núcleos no Islã. Os países que aspiram a ser líderes do Islã, como a Arábia Saudita, o Irã, o Paquistão, a Turquia e, potencialmente, a Indonésia, competem por influência no mundo muçulmano. E nenhum deles é capaz de atuar com autoridade em nome do Islã ao lidar com conflitos entre grupos muçulmanos e não-muçulmanos. (HUNTINGTON, 1997, p.337)

O mundo islâmico considera a prioridade de difundir o Islã, com o objetivo de expansão da Umma, a comunidade muçulmana. Os grupos terroristas islâmicos utilizam-se da interpretação equivocada da Jihad, Guerra Santa, como pressuposto para justificar atentados sanguinários e covardes, ocultando-se através do véu do fundamentalismo.

> A questão do método a utilizar para instaurar a sociedade islâmica, opõe fundamentalistas moderados e radicais. Todos estão de acordo quanto à necessidade de controlar o poder político de forma a transformar a sociedade. Os moderados advogam a re-islamização pela base (pregação, dimensão caritativa e social), mantendo, contudo, pressão sobre os dirigentes para que estes promovam as

> transformações pretendidas (aplicação da Sharia na legislação): é a concepção dos fundadores dos atuais movimentos fundamentalistas [...]. Os Radicais consideram que não há lugar para compromissos com a atual sociedade. Advogam a ruptura política e introduzem o conceito de revolução, tomando de empréstimo às ideologias progressistas deste século [...]. (PINTO, 1996, p.131)

"A islamização tende a ocorrer primeiro no âmbito cultural, deslocando-se depois para as esferas social e política" (HUNTINGTON,1997,p.137), o fundamentalismo difundiu-se na sociedade islâmica, influenciando diretamente na política, fruto de uma atuação maciça do ensino religioso nas escolas, apresentando o produto islâmico como solução às crises presentes, e como alternativa da percepção negativa de regimes anteriores, por vezes autoritários e corruptos (HUNTINGTON,1997).

Apesar de relacionar-se diretamente com a queda do Império Otomano e com a criação na década de 20 da Irmandade Muçulmana, movimento religioso sunita que propagou o islamismo em um grande número de países islâmicos e que se destacou com ideias de pan-islamismo, isto é, uma unidade baseada na fé islâmica, o fundamentalismo muçulmano configura-se como uma ideologia política recente, sendo uma reação à modernidade e à globalização.

A ideologia fundamentalista islâmica se fortaleceu entre as décadas de 50 e 60, em virtude, especialmente, da ineficácia dos regimes nacionalistas diante as tensões com Israel. Enfatiza-se o tratado de paz entre o presidente egípcio Muhammad Al Sadat com Israel, fomentando o descontentamento e o fundamentalismo, a guerra civil no Líbano, a deterioração dos recursos petrolíferos e o declínio do pan-arabismo na guerra Irã-Iraque. (DEMANT, 2013)

"No sunismo isto ocorreu nos escritos do paquistanês Abu al-Ala Mawdudi e do egípcio Sayyid Qutb e, no xiismo, com o iraniano aiatolá Ruhollah Khomeini". (DEMANT, 2013, p. 433)

O fundamentalismo islâmico possui ainda suas bases ideológicas sunitas em tendências do Salafismo e do Wahabismo. Os Wahabistas possuem grande destaque na Arábia Saudita, onde a família Saud detém o poder político e econômico e os clérigos controlam a educação e o sistema judiciário. O Salafismo e o Wahabismo são distintos, o primeiro almeja o modernismo atrelado ao Islã, enquanto o segundo rejeita a influência da modernização.

> O wahabismo, que surgiu no século XVIII, tornou-se uma ideologia obscurantista do Islã em resultado de uma interpretação totalmente equivocada dos dois textos fundamentais: o Alcorão e as elucidações do Profeta. Por causa de suas mentes reacionárias, o wahabistas têm causado muitas interpretações errôneas dos textos religiosos originais. Na verdade, foi o encontro entre Mohamed Ibn Abdel Wahhab e Mohamed Ibn Saud em 1745, nas terras áridas do Profeta, que fez nascer esse desvio islamista, causado por um islamismo rígido que interpreta literalmente os textos fundamentais. Foi assim que nasceu um islamismo sunita ultra legalista, baseado em uma legislação ortodoxa. (DHAOUI, 2003, p. 137)

Segundo Demant (2013), predomina-se três gerações ou ondas da evolução do fenômeno fundamentalista islâmico, estando tais ondas conexas principalmente com o fracasso de movimentos anteriores, como o nacionalismo secular, o pan-arabismo e o socialismo. Pode-se melhor compreender as raízes originárias do fundamentalismo islâmico através da explanação de Armstrong em seu livro: Em nome de Deus – o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo:

> Mas o Islã foi o último dos três monoteístas a desenvolver uma tensão fundamentalista; não o fez até o final 1960, após a derrota catastrófica dos árabes por Israel na Guerra dos Seis Dias de 1967, quando as ideologias ocidentais de nacionalismo e socialismo, que tinham pouco apoio de base, falharam. A religião parecia uma maneira de retornar às raízes pré-coloniais de sua cultura e recuperar uma identidade mais autêntica. A política externa ocidental também acelerou a ascensão do fundamentalismo no Oriente Médio. O golpe organizado pela CIA e a inteligência britânica no Irã (1953) que deslocou o governante nacionalista e secular Muhammad Mosaddeq (1880-1967) e colocou o xá exilado Muhammad Reza Pahlavi (1878-1944) de volta ao trono deixou os iranianos com um sentimento de amarga, humilhação, traição e impotência. O fracasso da comunidade internacional em aliviar o sofrimento dos palestinos levaram outros a se desesperarem com uma solução política convencional. O apoio Ocidental a governantes como o xá e Saddam Hussein, que negaram ao seu povo direitos humanos, também mancharam o ideal democrático, já que o Ocidente parecia orgulhosamente proclamar sua crença na liberdade enquanto infligia regimes ditatoriais sobre os outros. Isto também ajudou a radicalizar o Islã, uma vez que a mesquita era muitas vezes o único lugar onde as pessoas podiam expressar seu descontentamento. (ARMSTRONG, 2009, p.229-230, tradução nossa).

A primeira onda ocorreu nos anos de 1970 e 1980, sendo o período de amadurecimento dos ideais fundamentalistas. A segunda onda se destaca na década de 80 com a Revolução Iraniana, o assassinato de Sadat no Egito e o Hezbollah no Líbano. Porém, deve-se atentar ao caráter ainda regional presente em tais movimentos. Díspar da geração anterior, a terceira onda é marcada pelo caráter internacional, principalmente na última década do século XX, tornando-se de interesse global. Dentre os acontecimentos desta onda pode-se enfatizar a Guerra Civil na Argélia, o Hamas na Palestina, a Guerra da Bósnia, a Guerra da Chechênia, os Talibãs no Afeganistão, o terrorismo internacional da Al-Qaeda, a emergência de partidos islâmicos no Paquistão, na Indonésia e nos países independentes da antiga União Soviética, a Guerra do Iraque, a Guerra civil na Síria e a influência do Estado Islâmico. (DEMANT, 2013, p.434)

Ressalta-se, no contexto contemporâneo, a experiência da Primavera Árabe, uma série de revoltas que se propagou no Oriente Médio e no norte da África reivindicando maiores liberdades no início de 2011. Após oito anos decorridos, o quadro de desagregação permanece: no Egito há o regime de Abdel Fatah al-Sísi com forte influência autoritária militar, no Iêmen há a expansão de grupos terroristas, na Líbia o conflito interno fomenta a discórdia, servindo de palco para grupos extremistas como o Estado Islâmico. Um dos poucos países cujos

resultados democráticos foram bem-sucedidos foi na Tunísia, apesar de existir forte oposição, bem como movimentos fundamentalistas locais que almejam o poder político.

O aspecto relevante deste movimento foi a capacidade de troca de informação no contexto mundial atual, onde as ideias se propagaram com grande facilidade e velocidade. Atrela-se à instabilidade fruto da Primavera Árabe, dentre fatores diversos, a crescente influência de grupos extremistas como o Estado Islâmico e a Al Qaeda.

Tais grupos apoiando-se no vácuo de poder existente, decorrente da falência de diversos Estados e nas altas taxas de desemprego, fruto do crescimento demográfico, aliciam novos membros e aumentam, constantemente, sua autoridade local.

O sistema internacional encontra-se atento e preocupado com este cenário de aumento do número de atos terroristas, bem como ao número crescente de refugiados e às consequências diretas de sentimentos xenofóbicos presentes em muitos países Europeus. Tais vítimas do xenofobismo acabam por realimentar grupos terroristas extremistas.

O conceito de "fundamentalismo islâmico" designa hoje a aspiração da instauração de um estado islâmico, a introdução da sharia, do direito islâmico e do seguimento das normas de Maomé e dos primeiros quatro Califas Sunitas, sem, no entanto, renunciar aos benefícios da técnica moderna." (COGGIOLA, 2007, p.17)

> Trata-se, contudo, de uma ideologia fanática e específica que entristece milhões de outros muçulmanos que vivem sua fé como fonte de inspiração para uma coexistência humana baseada na compaixão e no pluralismo. Os mais moderados veem na versão fundamentalista uma caricatura do islã; em vez do choque, eles defendem o diálogo entre as civilizações. Até o presidente do Irã, Mohammad Khatami, numa entrevista à rede de televisão CNN, chegou a convocar tal diálogo de respeito mútuo. Sem dúvida há igualmente muitos não muçulmanos no Ocidente que preferem este caminho ao da colisão. Contudo, é inegável que nos últimos anos, numa série de países muçulmanos, o fundamentalismo tem conquistado mais e mais terreno na opinião pública e na política, e que os "islãs" alternativos estão na defensiva. Esta situação não é necessariamente irreversível; entretanto, se as tendências atuais se estenderem e se reforçarem, o futuro tanto do mundo muçulmano quanto de suas relações internacionais com o mundo ocidental será sombrio.
>
> Para entender quais são os riscos de uma continuação das correntes islamistas atuais e quais, por outro lado, são as precondições e as oportunidades para uma mudança que possa evitar a colisão frontal, é preciso conhecer sua dinâmica recente. (DEMANT, 2004, p.542)

4.2 FUNDAMENTALISMO E TERRORISMO

Ressalta-se que o fundamentalismo islâmico não justifica o terrorismo. Distintamente, o terrorismo, impregnado do fanatismo, utiliza-se do discurso fundamentalista para justificar atrocidades, angariar visualização midiática e consequentemente, novos adeptos. Apesar de, por vezes, se caracterizar por seu reducionismo e visão generalista de um mundo islâmico complexo, pode-se atentar para a preocupação de Huntington em distinguir o extremismo religioso e a religião islâmica como pontos destoantes, igual preocupação se encontra na análise de Pinto:

> O Ressurgimento Islâmico é o esforço dos muçulmanos por chegar a essa meta. É um amplo movimento intelectual, cultural, social e político que predomina em todo o mundo islâmico. O "fundamentalismo" islâmico, comumente concebido como Islamismo político, é apenas um dos componentes numa revitalização muito mais extensa de ideias, práticas e retórica islâmicas e no reengajamento no Islamismo pelas populações muçulmanas. O Ressurgimento pertence à corrente principal e não à extremista, é generalizado e não isolado. (HUNTINGTON,1997, p.135).
>
> É abusiva a ideia que se tem no Ocidente de que a generalidade dos árabes é fundamentalista ou fanática e que aprova os atos terroristas. A maior parte dos muçulmanos são crentes que praticam a religião no seu dia-a-dia, mas que não se envolvem em atividades políticas e que não concordam com o uso da violência. (PINTO, 2001, n.p.)
>
> Porém, não se pode atribuir atitudes terroristas aos fundamentalismos religiosos, o fundamentalismo não é o fundamento das violências, nem mesmo de invasões ou guerras. O fundamentalismo é a utopia invertida, e como qualquer utopia não se luta para alcança-la senão no desejo e na imagem, ambos na subjetividade. Isso significa que as ações de violência ou terror não têm cunho fundamentalista na acepção do termo religioso, no entanto, se o conceito for re-trabalhado e re-significado, então é possível pensar numa co-relação entre fundamentalismo e terrorismo. (BONOME,2016, p.32)

As ações políticas e militares do governo Bush, após os atentados em Nova York e Washington em 2001, podem ser caracterizadas como consequência e influência de fundamentalismo, onde o diálogo tornou-se escasso e a verdade absoluta da "Guerra contra o Terror" norteou a condução da política externa americana.

> Os políticos do governo Bush, por essa influência fundamentalista protestante, creem que são os detentores da verdade, do certo e errado e da condução dos destinos do mundo – uso aqui a perspectiva de Max Weber ao escrever que influenciados por uma ética protestante calvinista, fazem "como que para Deus". (WEBER, 1987, p. 84 *apud* BONOME, 2009, p.12)

A desconstrução jurídica internacional foi evidente, demonstrando a fragilidade da Organização das Nações Unidas frente ao terrorismo transnacional, onde o Conselho de Segurança adotou resoluções para justificar o direito à legítima defesa preventiva, interferindo energicamente numa região cuja atuações anteriores deixaram cicatrizes que fomentaram a intolerância e o extremismo visualizado atualmente.

> A guerra do Golfo de 1991 cristalizou as queixas do mundo islâmico contra o Ocidente, especialmente os Estados Unidos. Os Islamitas mobilizaram-se em todo o mundo árabe para protestar contra o papel americano em toda a crise e, em particular, contra a presença de tropas, infiéis, nas imediações das cidades sagradas de Meca e Medina. (PINTO, 1996, p.6)

O ponto de maior relevância é a perda da legitimidade do direito internacional e uma nova análise da Realpoltik no sistema internacional, onde o interesse particular sobrepõe-se ao coletivo, imerso em um ambiente onde a globalização enfraquece cada vez mais as fronteiras do Estado-nação e da ideia Westfaliana.

O terrorismo internacional carece de maior jurisdição e tipificação única, pois atualmente é mitigado através de soluções coercitivas e pacíficas: de natureza política, como a orientação e fundamentação da extradição, e jurídica, através da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional, vinculando-se diretamente como crime contra a humanidade ou crime de guerra. No entanto, não há o reconhecimento da inclusão do crime de terrorismo no Estatuto do Tribunal Penal Internacional, onde se constituem como crimes internacionais o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e o crime de agressão.

> Tanto no mundo islâmico quanto no mundo cristão ou judeu, o fundamentalismo é a rejeição de valores modernos e a aceitação de valores tradicionais, não é mais que rejeição de mundo ou ascetismo religioso (Weber, 1982, p. 371). Portanto, partimos do princípio que o terrorismo produz discursos fundamentalistas e não que o fundamentalismo resulta em terrorismo. (Weber, 1982, p.371 *apud* BONOME, 2009, p. 15)

Os movimentos fundamentalistas religiosos sejam eles islâmicos, judaicos ou cristãos, devem ser analisados em seus contextos históricos e culturais particulares, com peculiaridades e distinções únicas, para corretamente se compreender a evolução das interações internacionais, porém atualmente o que se observa é um reducionismo e uma falsa analogia do mundo islâmico, aproximando-o à imagem do terrorista extremista, pobre e sem instrução, capaz do sacrifício da vida motivado pela fé irracional.

Porém, observa-se que os terroristas são minorias e em geral com níveis educacionais e econômicos superiores aos da comunidade a qual pertencem. Pode-se melhor compreender tal análise, através do seguinte trecho de Hobsbawm:

> Dois aspectos caracterizam esses novos movimentos. Eles consistiam em pequenas minorias, mesmo quando essas minorias gozavam da simpatia passiva das massas em cujo nome pretendiam atuar, e seu *modus operanti* típico era a ação de pequenos grupos. [...] O mais terrível dos movimentos terroristas internacionais, a Al-Qaeda, provavelmente não tinha mais do que 4 mil indivíduos nos seus dias de Afeganistão. A segunda característica (com raras exceções, como a Irlanda do Norte) era a de que seus integrantes "eram em média mais cultos e de condição social mais alta do que outros membros da comunidade à qual pertenciam'' (GAMBETTA, 2005, p .260). Os candidatos a recrutas da Al-Qaeda que receberam treinamento no Afeganistão na década de 1990 eram segundo a descrição, "das classes média e alta, quase todos de família bem estruturadas [...] com educação universitária e forte inclinação pelas

> ciências naturais e pela engenharia [...] poucos procedentes de escolas religiosas''. (WRIGHT, 2006, p.327-8). Mesmo na Palestina, onde eles representam os diversos segmentos da população dos territórios ocupados, inclusive uma proporção alta dos que vivem em campos de refugiados, 57% dos homens-bombas têm instrução superior à do nível secundário, e comparação com apenas 15% da população de idade similar (GAMBETTA, 2005, p.327-8). (HOBSBAWM, 2007, p.132-133)

As pesquisas de Pape (2006) e Krueger (2007), buscam desmistificar tal analogia, refutando o consenso e propondo um exame de maior profundidade. Ao analisar a filiação ideológica de terroristas suicidas a pesquisa apontou para a preponderância de praticantes laicos (57%) em oposição aos religiosos (43%), contrariando a ideia exclusiva da religião como motivadora de ataques suicidas. (NASSER, 2014)

> A pesquisa determinou a filiação ideológica de 83% dos 462 terroristas suicidas em todo o mundo, entre 1980 e 2003. Ao contrário do que se esperava, a maioria dos perpetradores (57%) era laica, sendo os demais (43%) religiosos. Ainda que se suponha que todos os terroristas não incluídos por falta de dados (17%) sejam religiosos, a distribuição fica quase uniforme: 52% de religiosos e 48% laicos. E mesmo supondo-se que os motivos religiosos tenham importância, o terrorismo suicida não se restringe ao fundamentalismo religioso. (PAPE, 2006, p.242 *apud* NASSER, 2014, p.73).

Outro ponto de importância a se analisar é a conclusão de Pape e Krueger sobre os níveis econômicos e educacionais mais elevados de terroristas suicidas religiosos em relação a terroristas suicidas laicos, refutando a ideia que apenas os fatores socioeconômicos negativos justificariam a ascensão do fundamentalismo extremista religioso, estando tal fenômeno relacionado com as interações sociais e políticas presentes, agravadas pela globalização e modernização.

> Pape também compara o status socioeconômico dos terroristas suicidas laicos ao dos religiosos, pois, convencionalmente, estes são tratados como mais ignorantes que os outros. A incidência de terroristas laicos com educação abaixo do secundário, entretanto, é expressivamente maior que a de religiosos, ao passo que a porcentagem destes com educação superior ao secundário é de, aproximadamente, 61%, contra 39% dos suicidas laicos (PAPE, 2006, p. 256 *apud* NASSER, 2014, p.74)

Assim, observa-se que esse fenômeno, o terrorismo, aprofundou-se desde o fim da guerra fria, e tem estado associado ao fundamentalismo islâmico por diversas vezes. Não obstante a gravidade imposta por essa associação, é necessário fazer a ressalva de que essas duas partes não são, por isso, sinônimas uma da outra. Ainda que estejam associadas em muitos casos, é preciso ter cuidado com interpretações que as amarre de forma indissociável. O islamismo não se configura, em sua totalidade, como religião fundamentalista e praticante, inspiradora, do terrorismo, conforme pode-se analisar no seguinte trecho:

> Em muitos dos países pesquisados, a maioria clara dos muçulmanos se opõe à violência em nome do Islã. De fato, cerca de três quartos ou mais no Paquistão (89%), Indonésia (81%), Nigéria (78%) e Tunísia (77%) dizem que atentados suicidas ou outros atos de violência que visam civis nunca são justificados. E embora porcentagens substanciais em alguns países achem que o atentado suicida é muitas

> vezes ou às vezes justificado - incluindo uma maioria de 62% de muçulmanos palestinos, o apoio geral à violência em nome do Islã declinou entre o público muçulmano durante a última década.
>
> A maioria dos públicos muçulmanos pesquisados expressa preocupações sobre o extremismo islâmico em seu país. Os muçulmanos senegaleses são os mais preocupados (75% preocupados), mas pelo menos seis em cada dez muçulmanos no Líbano, Tunísia, Malásia, Nigéria, Paquistão, Egito e territórios palestinos também estão preocupados. Mais muçulmanos da Jordânia (54%) veem o extremismo islâmico como uma ameaça do que não (45%). (PEW RESEARCH CENTER, 2013, n.p., tradução nossa)

A correta análise do perfil dos terroristas bem como a desvinculação da relação direta entre religião e terrorismo é de importância ímpar para a compreensão de fatores múltiplos existentes para a motivação e o fortalecimento de grupos extremistas, que, por vezes, se utilizam de justificativas religiosas para atrair novos adeptos, porém, com um intento maior e político, estando essas organizações condicionando comportamentos variados.

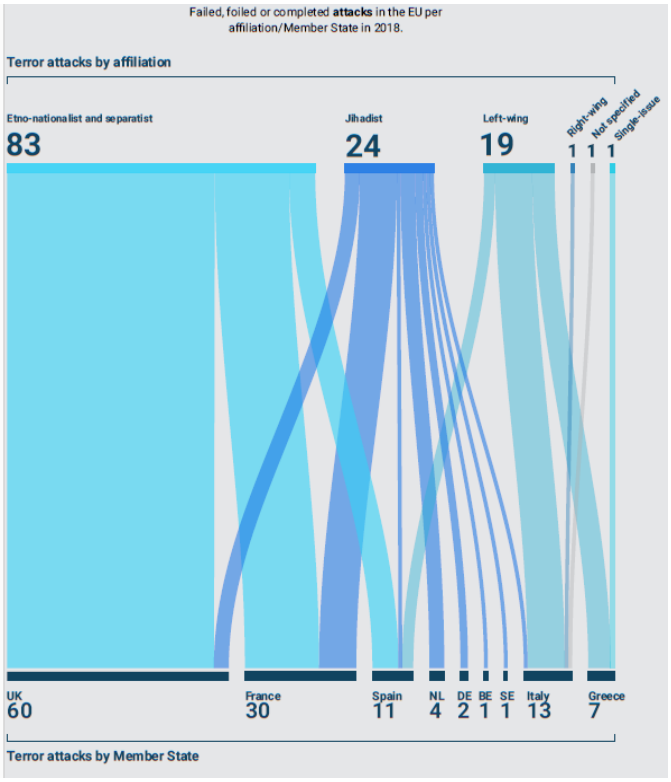
Ratificando tal apreciação, Pape (2006) procura desvincular a análise entre o terrorismo suicida e o fundamentalismo Islâmico, atribuindo uma motivação única e racional dos atentados, com objetivo estratégico, laico e político: a libertação nacional. Segundo dados analisados dos Estados de origem dos terroristas, observou-se a atuação estrangeira em todos.

> Nos nove estudos de caso analisados, o território de origem do terrorista estava sob ocupação estrangeira. Neste sentido, o aspecto comum, em todas as campanhas, é um mesmo objetivo estratégico, laico e político: a libertação nacional, conclui Pape. Mais de 95% dos 2.200 ataques suicidas ocorridos em todo o mundo entre 1980 e 2010 apareceram em resposta à ocupação estrangeira. E a grande maioria dos terroristas suicidas é oriunda do local ameaçado por tropas estrangeiras [...] (PAPE, 2006, p.57 *apud* NASSER, 2014, p. 76-77).

Corrobora-se tal constatação através de dados coletados pelo Europol, o serviço de polícia presente na União Europeia, sobre o terrorismo na Europa. Observou-se o decréscimo do número de ataques terroristas em 2018 comparado ao pico apresentado em 2017, contudo ao se analisar os gráfico 4 e 5, averígua-se que os atentados terroristas com motivações separatistas correspondem a mais da metade de todos os ataques relatados, aproximadamente 65%, e que os ataques por motivações religiosas correspondem a uma pequena parcela do montante, aproximadamente 19%. Tal amostragem ratifica a ideia da inexistência de uma guerra entre o Ocidente e o Islã, ou mesmo a associação de terrorismo, como exclusividade do mundo muçulmano, tendo a religião como força motriz.

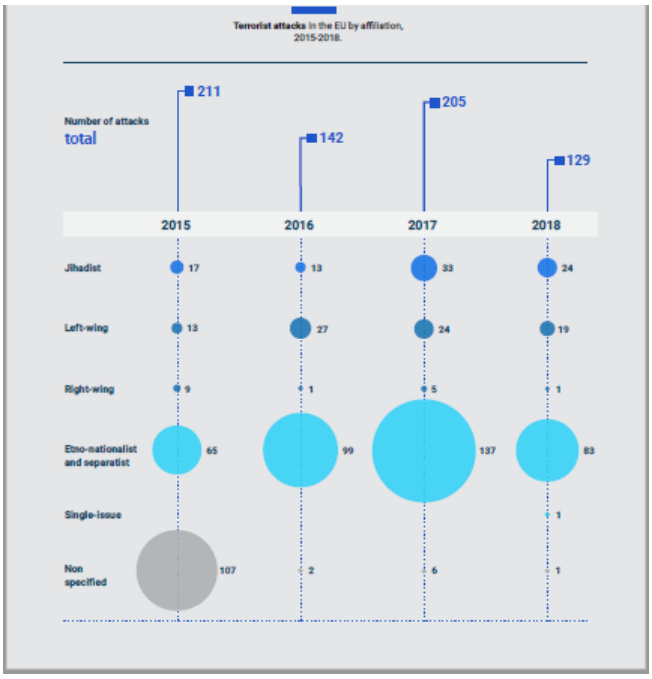
Desta maneira, compreende-se a importância da análise cultural proposta por Huntington para uma melhor consciência situacional do problema, porém não se deve atrelar o fator cultural, como único e preponderante, visto que intuitos distintos devem ser levados em consideração, principalmente em função da motivação última de alteração política.

Gráfico 4 - Ataques Terroristas na Europa por País



Fonte: EUROPOL, TESAT. European Union Terrorism Situation and Trend Report 2019. **Europol. Disponível em <https://www. europol. europa.eu**>. Acessado em 06 de agosto de 2019.

Gráfico 5 - Motivações dos ataques terroristas na Europa (2015 - 2018)



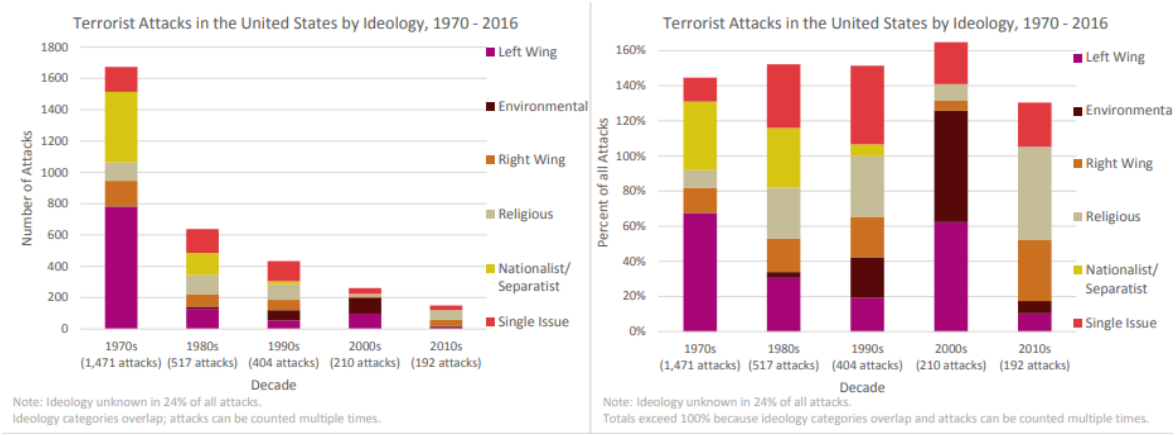
Fonte: EUROPOL, TESAT. European Union Terrorism Situation and Trend Report 2019. **Disponível em <https://www. europol. europa.eu**>. Acessado em 06 de agosto de 2019.

Ao analisarmos dados do terrorismo por motivações ideológicas de 1970 a 2016 nos Estados Unidos, conforme o gráfico 6, resultados semelhantes ao da União Europeia são

observados, onde o terrorismo por motivações religiosas não se configura em proporções de superioridade quando comparado com as demais motivações enumeradas.

O terrorismo motivado pelo extremismo religioso na década de 1990, ilustrados no gráfico 6, também incluíram os ataques perpetrados por grupos de identidade Cristã, não exclusivamente os atos foram realizados por fundamentalistas radicais islâmico.

Gráfico 6 - Motivações ideológicas do terrorismo nos Estados Unidos, 1970-2016



Fonte: START, Terrorismo global em 2017.
Disponível em: <https://www.start.umd.edu/pubs/START_GTD_Overview2017_July2018.pdf>. Acessado em 06 de agosto de 2018.

Adverte-se que apesar de não se configurar como principal motivação dos atos terroristas, os números de vítimas relacionadas a atual Onda religiosa são exorbitantes, característica deste neoterrorismo onde a violência, a letalidade, a propagação do temor e o efeito midiático são marcantes, bem como a utilização de ferramentas de tecnologia da informação para a difusão de ideais.

Contrapondo-se desta maneira ao pensamento de Huntington, os grupos terroristas radicais islâmicos não estariam engajados, exclusivamente, em conflitos contra outras civilizações, contra a religião católica ou simplesmente contra o Ocidente. Estes estariam envolvidos, em sua causa primeira, com o intento da libertação nacional, mesmo que enunciando motivações religiosas e utilizando-se de interpretações equivocadas para legitimar atos extremos.

As organizações terroristas almejam objetivos políticos claramente definidos, atuam de forma racional e premeditada, conforme analisado por Pape:

> Se o terrorismo suicida fosse irracional ou desorganizado, o esperado seria uma pauta de atuação muito diferente: seus objetivos políticos não seriam públicos (...), ou os objetivos declarados variariam consideravelmente, ainda que dentro do mesmo conflito. Caberia esperar também que a programação dos atentados fosse aleatória, ou talvez influenciada pelos acontecimentos, em resposta às ações injuriosas ou radicais cometidas por outro grupo, mas muito pouco ou nada relacionada com o avanço das

> negociações sobre os assuntos do conflito que os terroristas desejam influenciar. (PAPE, 2006, p. 59 *apud* NASSER, 2014, p.77)

Observa-se na tabela 1, ataques terroristas e total de mortes em 2017 por região, a abrangência do terrorismo com características de motivação política e com interesses que não se vinculam ,diretamente, ao confronto Ocidente em oposição ao mundo islâmico, fato este atestado pela concentração de ataques terroristas no Oriente Médio e no Norte da África, em regiões que não se caracterizam, exclusivamente, como linhas de fratura com o Ocidente.

> A violência terrorista permaneceu fortemente concentrada em determinados locais e coincidiu com outros tipos de violência política. Mais da metade de todos os ataques ocorreram em quatro países: Iraque (23%), Afeganistão (13%), Índia (9%) e Paquistão (7%). Mais da metade de todas as mortes ocorreram em três países: Iraque (24%), Afeganistão (23%) e Síria (8%). (START, 2018, p.2)

Tabela 1 – Ataques terroristas e total de mortes em 2017 por região.

Region	Total Attacks	% of Total	% Change from 2016	Total Deaths	% of Total	% Change from 2016
Middle East & North Africa	3780	35%	-38%	10819	41%	-44%
South Asia	3430	31%	-6%	7664	29%	-2%
Sub-Saharan Africa	1970	18%	-5%	6712	25%	1%
Southeast Asia	1020	9%	-5%	811	3%	27%
Western Europe	291	3%	7%	83	0%	-65%
South America	172	2%	8%	101	0%	16%
Eastern Europe	110	1%	-18%	101	0%	-10%
North America	97	1%	29%	124	0%	70%
Australasia & Oceania	12	0%	20%	4	0%	
Central Asia	7	0%	-59%	6	0%	-71%
East Asia	7	0%	-13%	16	0%	-50%
Central America & Caribbean	4	0%	33%	4	0%	-56%
Worldwide Total	**10900**	**100%**	**-20%**	**26445**	**100%**	**-24%**

Fonte: START, National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism. Background Report: **Global Terrorism in 2017**. 2018. Disponível em <https://www.start.umd.edu/pubs/START_GTD_Overview2017_July2018.pdf>. Acessado em: 06 de agosto de 2019.

Conclui-se que a proposta de Huntington sobre o paradoxo civilizacional, destacadamente o choque cultural, entre o Islã e o Ocidente, o qual norteou a política americana e o imaginário Ocidental deve ser analisado com maior profundidade e cautela, visto a complexidade e a diversidade do universo muçulmano, bem como a minoria terrorista que utiliza-se do fundamentalismo islâmico para ocultar anseios políticos distintos da religião.

Contudo, ressalta-se a importância do autor na análise de aspectos e variáveis culturais, imprescindíveis para um entendimento assertivo da dinâmica global, variáveis estas ocultas pela conjuntura anterior imposta, de um mundo bipartido e reduzido à filosofias

antagônicas de potências hegemônicas, principalmente durante a Guerra Fria, minando a importância de influências locais e reduzindo o aspecto cultural de Estados diversos.

> O problema subjacente para o Ocidente não é o fundamentalismo islâmico. É o Islã, uma civilização diferente, cujas pessoas estão convencidas da superioridade de sua cultura e obcecadas com a inferioridade de seu poderio. O problema para o Islã não é a CIA ou o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. É o Ocidente, uma civilização diferente cujas pessoas estão convencidas da universalidade de sua cultura e acreditam que seu poderio superior, mesmo em declínio, lhes impõe a obrigação de estender a sua cultura por todo o mundo. Esses são os ingredientes básicos que alimentam o conflito entre o Islã e o Ocidente. (HUNTINGTON, 1997, p.273)

5 CONCLUSÃO

O choque de civilizações, um paradoxo civilizacional, é proposto por Huntington para explicitar o sistema internacional decorrente do pós-Guerra Fria, analisando o cenário anárquico das relações internacionais, onde a afirmação cultural e a identidade civilizacional se intensificam, gerando possíveis interações entre grupos antagônicos de civilizações.

O modelo teórico de Huntington, oferece a base lógica para o entendimento da ascensão do Islamismo, através da ideia do Ressurgimento Religioso contrapondo-se à globalização, à modernização e ao universalismo cultural imposto aos não-ocidentais, servindo de subsídio para a análise do terrorismo extremista observado no mundo islâmico, onde o fator cultural possui forte influência.

> Hoje em dia, a importância do componente cultural é mais evidente nos movimentos terroristas de inspiração religiosa do que nos de inclinação nacionalista ou estritamente ideológica. São os movimentos religiosos que se fazem ouvir. O Hamas e a Alcaida, em particular, combinam aspirações políticas ou pseudopolíticas (a destruição de Israel e /ou dos EUA) com significado religioso que serve o principal objetivo do recrutamento e, assim, encontra eco na ideologia de outros movimentos. Deve-se notar que a fase inicial do terrorismo palestiniano era essencialmente política e secular, apenas deriva na religiosidade na década de 80, em sequência da revolução iraniana. (CHALIAND; BLIN, 2004, p.6)

O autor argumenta que a relação entre o Islã e o Ocidente tende ao confronto, remetendo sua explicação ao caráter histórico de interações entre duas culturas distintas, o que auxilia na compreensão da dinâmica entre o Ocidente e o Islã, bem como da interação conflituosa apresentada em momentos passados, que são utilizados de forma cavilosa e distorcida para justificar atos terroristas radicais, auxiliando o discurso de grupos radicais.

A teoria do choque de civilizações tornou-se de grande relevância, principalmente, após os atentados terroristas nos Estados Unidos de 2001, servindo de explicação e subsidio para a atuação da política externa norte-americana.

> Com efeito, várias redes islâmicas transnacionais, das quais a Al-Qaeda é a mais conhecida, travam uma guerra religiosa mundial (para expulsar os infiéis dos lugares sagrados), e ao mesmo tempo uma guerra política (para unificar politicamente o mundo muçulmano e impedir de todas as maneiras a integração das minorias muçulmanas os países europeus ou nos Estados Unidos). Essas finalidades estratégicas passam pelo objetivo tático que consiste em enfrentar diretamente o "Ocidente cristão", encabeçado pelos Estados Unidos, denominados como "o Grande Satã", país que simboliza a um só tempo a onipotência racionalista, o cristianismo individualista e o materialismo moderno, os três inimigos, segundo a Al-Qaeda, da civilização, ou seja, do islã. Os atentados criminosos de 11 de setembro contra os Estados Unidos, pela primeira vez no âmago do país inimigo, foram sua mais espetacular manifestação. Nas horas que se seguiram aos atentados, o presidente dos Estados Unidos se colocou no mesmo terreno, o da luta da civilização contra a barbárie: ele falou em "cruzada", em "luta do Bem contra o Mal", e qualificou os atentados como "ataque à civilização" — estando os islâmicos o lado do Mal e da barbárie. O presidente do Conselho italiano, Silvio Berlusconi, foi mais explícito em

> seu desprezo, afirmando a "supremacia da civilização ocidental sobre o islã". (WOLFF, 2004, p.19 *apud* FORNACIARI, 2017, p.200)

Porém cabe ressaltar, que tal vinculação entre o confronto Ocidente e Islã é incoerente, mesmo que presente como justificativa em diferentes grupos radicais, não há uma relação de conflito entre o mundo islâmico, em sua totalidade, e o Ocidente. Huntington, utiliza-se de uma generalização, para facilitar sua argumentação, tendenciosa e etnocêntrica, de maneira a favorecer aos interesses Ocidentais.

A análise de um universo tão vasto que é o mundo islâmico, reduzindo-o à religião, e colocando-a em confronto direto com o Ocidente é uma afirmação preconceituosa e vaga, conforme observado por Said, um total orientalismo, uma visão deturbada da grandiosidade do mundo islâmico.

Há, apenas, uma pequena parcela do mundo árabe que utilizando-se de justificativas fundamentalistas religiosas, apregoam a situação política e social vigente do mundo muçulmano como consequência do Ocidente para justificar ataques terroristas, com respaldo no fundamentalismo religioso.

Ressalta-se, também, que as experiências políticas anteriores autoritárias e corruptas, que agravaram indicadores socioeconômicos, o crescimento populacional e a inexistência de Estados-núcleos fomentam tais grupos fundamentalistas terroristas.

Porém a maior contribuição de Huntington, relaciona-se com o retorno à discussão de temas importantes e indispensáveis ao entendimento das relações internacionais como: a cultura, a civilização e a identidade, os quais em virtude do cenário anterior de Guerra Fria, restringia-se a dois blocos ideológicos e antagônicos, alterando desta maneira, a visão neorrealista presente, ampliando a abrangência dos estudos de relações internacionais para novos assuntos imperativos e significativos.

Avulta-se de importância no cenário internacional hodierno a percepção do impacto da globalização nas relações entre os diversos atores do cenário internacional, bem como a percepção da influência de atores não-estatais, como o terrorismo transnacional na dinâmica global, rompendo as barreiras da soberania e demonstrando a fragilidade desta ordem global, onde o Estado westfaliano é vulnerável e incapaz de, sozinho, lidar com o problema do terrorismo transnacional.

A intensificação das relações entre os diversos atores, com o estreitamento de fronteiras, bem como o enfraquecimento da soberania de Estados-nações, as migrações maciças, o consequente aumento do xenofobismo com a crescente participação de grupos étnicos-religiosos espalhados em diferentes partes do globo que muitas vezes apoiam grupos

terroristas, o imperialismo marcante pela dominação e dependência econômica de países de terceiro mundo, em função de conexões entre as diversas economias são consequências deste novo arranjo do sistema internacional que devem ser analisados para o correto entendimento da Onda terrorista atual, onde a propagação da ideia do terror torna-se ampla e difusa, com organizações terroristas estabelecendo relações estreitas com o crime organizado e narcotráfico, ampliando sua influência e poderio econômico.

> Todos os Estados, em qualquer região, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, são vulneráveis ao terrorismo e às suas consequências. Todos devem beneficiar-se de uma estratégia para combatê-lo. Todos têm um papel na preparação desta estratégia, implementando-a e assegurando-se que ela seja continuamente atualizada para responder aos desafios na medida que evoluam. (KOFI ANNAN, 2006 apud FERNANDES, 2010, p.20)

As reações incisivas e enérgicas da comunidade internacional remetem à importância que o tema representa atualmente na agenda mundial, pois, o terrorismo atenta diretamente contra a segurança e paz mundial.

Os contornos para a solução do terrorismo internacional, buscando-se resoluções pacíficas, são analisados na ótica jurídica com a atuação destacada da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional, e na ótica política, com a delimitação do direito da extradição. O Direito Internacional, marcado por participação espontânea dos diferentes Estados, encontra dificuldade para implementar repressão ao terrorista, fruto da complexidade, da evolução do fenômeno terrorista e da falta de tipificação universal entre os Estados, fruto da ausência de uma definição única que possa abarcar e delimitar o terrorismo de maneira consensual.

Huntington (1997) destaca aspectos para um possível choque de civilizações entre o Islã e o Ocidente: o papel central da civilização na identidade dos homens, com concepções, valores e afirmações distintas, o papel da globalização diminuindo a distância entre fronteiras, permitindo uma interação entre diversos povos, o processa da modernização, a ocidentalização de valores e o elemento cultural regional, o crescimento demográfico, a inexistência de um Estado-núcleo no Islã, e o aspecto histórico com conflitos recorrentes entre o Ocidente e o Islã.

Contudo, apesar da relevância destes pontos no entendimento da dinâmica mundial, não se pode caracterizar como um choque de civilizações, ou mesmo um sentimento de revanchismo e rancor da civilização muçulmana, o que existe é a manipulação da informação e a utilização de falácias por minorias de grupos terroristas fundamentalistas religiosos que atribuem a atual situação decadente à influência Ocidental, o que não representa a civilização Islâmica em sua totalidade.

A problemática do entendimento sobre o terrorismo é extensa, e não há uma definição uniforme sobre o tema, apesar do esforço tanto de acadêmicos renomados, como de instituições governamentais, desta maneira visualiza-se a participação ativa de todos os Estados, eliminando-se as desavenças e diferenças existentes, para a promoção de atitudes e ações eficazes de forma a limitar a atuação de grupos terroristas extremistas, que se utilizam da violência e do medo para alcançar seus objetivos políticos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Priscila Drozdek de**. Terrorismo: uma abordagem conceitual**. 2017. Disponível em<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51357/R%20-%20E%20%20PRISCILA%20DROZDEK%20DE%20ALCANTARA.pdf?sequence=1> Acessado em 22 de julho de 2019.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus – o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____, Karen. **The case for God**. Random House Digital, Inc., 2009. Disponível em < https://www.pdfdrive.com/the-case-for-god-d19699181.html > Acessado em 25 de julho de 2019.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2002.

_____, Leonardo. Fundamentalismo, Terrorismo, Religião e Paz. Desafio para o século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

BONOME, José Roberto. **Fundamentalismo religioso e terrorismo político**. Editora da UCG, 2009.

BRANDÃO, André Luis da Costa. **A influência da crise migratória da Europa na evolução do terrorismo internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

CHALIAND, Gérard; BLIN, Arnaud. História do Terrorismo. 2004. Disponível em< https://www.academia.edu/34400890/Hist%C3%B3ria_do_Terrorismo> Acessado em 03 de agosto de 2019.

CHAMPLIN, Russell Norman/ BENTES, João Marques. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. São Paulo: Editora Candeia, volume III, 1991.

CHAGAS, Luciana Zamprogne. **Sob o véu do preconceito: uma análise das mulheres e da sociedade islâmica pela obra de Marjane Satrapi**. Protestantismo em Revista, v. 27, p. 64-76, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. 1989. Tradução para o Inglês e Ensaios Introdutórios de HOWARD, Michael. PARET, Peter. Tradução do Inglês para o Português Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Disponível em http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf. Acessado em 26 de setembro de 2019.

COGGIOLA, Osvaldo. **Islã histórico e islamismo político**. Instituto de cultura árabe,2007.

COUTO, Abel Cabral. **Raymond Aron e a Teoria da Estratégia**. Nação e Defesa, 2005.

DA SILVA OLIVEIRA, Breno Vinícius. **Fundamentalismo Alicerce da Sociedade Moderna**. UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, v. 5, n. 2, p. 70-85, 2017.

DEGENSZAJN, Andre Raichelis. **Terrorismo e Terroristas.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3731/1/Andre%20Raichelis%20Degenszajn.pdf.> Acessado em: 22 de julho de 2019.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. Editora Contexto, 2013. Disponível em < http://lelivros.love/book/baixar-livro-o-mundo-muculmano-peter-demant-em-pdf-mobi-ou-ler-online/ > Acessado em 26 de julho de 2019.

DHAOUI, Hechmi, **Do Wahabismo ao Talebanismo**. In: ZOJA, Luigi; WILLIAMS, D. **Manhã de setembro: o pesadelo global do terrorismo**. São Paulo: Axis Mundi, 2003.

DIAS, Paulo Ricardo de Oliveira **O terrorismo internacional contemporâneo e a necessidade de uma Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo** :Dissertação (Mestrado) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990

FERNANDES, Arinda. **Crime organizado e terrorismo: uma relação simbiótica afetando a economia global.** Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília: Escola de Direito, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em <https://bdtd.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/2511/1529>. Acessado em 27 de setembro de 2019.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and The Last Man**. New York: The Free Press; Toronto: Maxwell Macmillan Canada, 1992, 418p.

GICHON, Mordechai. **Peace for Galilee**, IDF Journal, Vol. 1, No. 2 (December 1982), p. 20.

GILPIN, Robert. **War is too Important to Be Left to Ideological Amateurs**. International Relations, 19, 5-18.

Guerra Fria. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2019. Disponível em <http:// www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>. Acessado em 17 de abril de 2019.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX 1914 – 1991**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMAN, Bruce**. Inside Terrorism**. New York: Columbia University Press, 2006.

_____, Bruce. **Terrorismo, Guerra Psicológica**. Disponível em <https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2016/05/terrorismo-guerra-psicologica.html>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Superpotência Solitária** – Revista Carta Internacional Política Externa – São Paulo, V. 8 N. 4, MAR 2000. pp.12-25.

_____. Samuel P. **Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

_____. **The clash of civilizations?** Foreign Affairs, V 72, N 3. 1993.

_____. Samuel P. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996 .

JENKINS, Brian Michael. **The Study of Terrorism: Definitional Problems**. RAND CORP SANTA MONICA CA, 1980.

_____., Brian Michael. **The New Age of Terrorism**. Cap. 8 em McGraw-Hill Homeland Security Book, por McGraw-Hill, 117-130. McGraw-Hill Companies, Inc., 2006.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial** [recurso eletrônico], tradução Cláudio Figueiredo. - 1. ed. - Rio de Janeiro :Objetiva, 2015. Disponível em <https://portalconservador.com/livros/Henry-Kissinger-Ordem-Mundial.pdf> Acessado em: 15 de julho de 2019.

_____, Henry. **Diplomacia**. Editora Saraiva. SP, 2012.

LEWIS, Bernard**. A crise do Islã: Guerra santa e terror profano**. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Zahar, 1996. Disponível em <http://lelivros.love/book/baixar-livro-o-oriente-medio-leandro-karnal-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/> Acessado em 12 de julho de 2019.

_____, Bernard L. **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais – Teoria e História**. Editora Saraiva, 2014.

MESQUITA, Luiz Eduardo Garcia de. **O terrorismo e a sua probabilidade de ocorrência no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG. 2012, p.17.

MESSEDER, Marcus Vinicius Mansur. **O Terrorismo Contemporâneo e seus reflexos para o Estado Brasileiro**, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares. ECEME – 2011.

MILLER, Abraham H. **The Evolution of Terrorism**. Journal of Conflict Studies, v. 5, n. 4, 1985

NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islamita: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**; tradução Milton Chaves de Almeida. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASSER, Reginaldo Mattar. **As Falácias do Conceito de "Terrorismo Religioso"**. Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror, p. 65, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato: Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 356p.

PINTO, Maria do Céu Ferreira de. **O Fundamentalismo Islâmico. Nação e Defesa**, Lisboa, Portugal, Ano XXI, n. 79, Jul./Set. 1996. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/62686365.pdf> Acessado em 18 de julho de 2019.

PINTO, Maria do Céu**. Fundamentalismo e terrorismo: Sintomas de uma Crise Global**, 2001. Disponível em < https://www.publico.pt/2001/09/18/jornal/fundamentalismo-e-terrorismo-sintomas-duma-crise-global-161920 > Acessado em 24 de julho de 2019.

_____, Maria do Céu **O fundamentalismo islâmico e o Ocidente: um "confronto civilizacional?"**. Política Internacional, vol. 1, n º 13, Outono-Inverno de 1996.

Muslim Publics Share Concerns about Extremist Groups, Pew Research Center, 2013. Disponível em <https://www.pewresearch.org/global/2013/09/10/muslim-publics-share-concerns-about-extremist-groups/> Acessado em 27 de setembro de 2019.

RAPOPORT, David C. **Fear and Trembling: Terrorism in Three Religious 105 Traditions**. The American Political Science Review, vol. 78, n. 3, pp: 658-677.

_____. (2004) **The Four Waves of Modern Terrorism**. In: Cronin: Audrey Kurth; Ludes, James M. (Eds.) Attacking Terrorism: Elements of a Grand Strategy. Washington DC: Georgetown University Press, pp: 46-73.

RAMOS, Roberto Carlos. **O Fundamentalismo Islâmico e o terrorismo das Origens aos desafios para o século XXI**. 2012 Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9283/1/TESE%20MESTRADO%20-%20Roberto%20Carlos%202012.pdf >. Acessado em 25 de julho de 2019.

REZENDE, Lucas Pereira. SCHWETHER, Natália Diniz. **Terrorismo: a Contínua Busca por uma Definição**. Rev. Bra. Estr.Def. V.2, n 1, Jan/jun. 2015, p. 87-105

SAID, Edward W. Análise: **O Choque de Ignorâncias**. Tradução de Clara Allain. Jornal Folha de São Paulo, 17 de outubro de 2001. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u31639.shtml> Acessado em 13 de julho de 2019.

SAID, Edward. **The clash of ignorance**. The Nation, 22 out. 2001. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/clash-ignorance/>. Acessado em: 29 julho 2019.

_____, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____, Edward W. **The Myth of the Clash of Civilization.** Media Educational Foundation, 2005. Disponível em < https://www.mediaed.org/transcripts/Edward-Said-The-Myth-of-Clash-Civilizations-Transcript.pdf> Acessado em 16 de julho de 2019.

SCHMID, Alex P. **The Routledge Handbook of Terrorism Research**. 1. ed. Estados Unidos: Routledge Taylor & Francis Group, 2011.

SCHMID, Alex P.; JONGMAN, Albert J. **Political Terrorism: a new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, and literature**. 3rd ed. New Jersey: Transactions Books, 1988.

START, National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism. Background Report: **Global Terrorism in 2017**. 2018. Disponível em <https://www.start.umd.edu/pubs/START_GTD_Overview2017_July2018.pdf>. Acessado em: 06 de agosto de 2019.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo: um retrato**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.